

ALCEU ROLKOUSKI

O Ensino Profissionalizante de Segundo Grau: Uma Proposta Alternativa

Dissertação aprovada como requisito
parcial para obtenção do grau de Mestre
no Curso de Pós-Graduação em Educa-
ção, na Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA

1983

O ENSINO PROFISSIONALIZANTE DE SEGUNDO GRAU: UMA PROPOSTA ALTERNATIVA

por

ALCEU ROLKOUSKI

Dissertação aprovada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Gradua-
ção em Educação, pela Comissão formada pelos pro-
fessores:

ORIENTADORA: _____
Profa. Maria Olga Mattar

CONSULTORES: _____
Prof. Angelo Virgilio Visintin

Profa. Maria Tereza Pernetta de Lacerda

Curitiba, setembro de 1983.

AGRADECIMENTOS

À Orientadora Doutora Maria Olga Mattar,
ao Mestre Professor Angelo Virgilio Visintim e a Doutora Maria Tereza Peneta de Lacerda, pelo apoio, incentivo e colaboração constante, imprescindíveis à realização deste trabalho.

À minha esposa, Claudete, meus filhos Edson e Emerson que no dia a dia me ensinam a difícil arte de viver.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo investigar as relações existentes entre a Lei 5692 de agosto de 1971, que impôs de uma maneira compulsória o ensino profissionalizante a todos os alunos do Segundo Grau, os currículos ofertados pelos colégios e as atitudes dos educandos frente a essas duas situações - a Lei e os cursos ofertados.

Tal investigação foi elaborada a partir de uma concepção histórica do ensino profissional, quando ainda no Brasil Colônia. O ensino dos ofícios eram ministrados em oficinas anexas à casa grande e sem qualquer caráter sistemático, exercidos por artífices trazidos de Portugal, para suprir a inexistência de mão-de-obra qualificada na Colônia, passando seus conhecimentos para seus filhos e quando na ausência deles a outros brancos interessados e só mais tarde aos escravos. Esses mestres ao transmitiram suas técnicas, inicialmente, de uma maneira protecionista e posteriormente discriminatória, ficaram com o título de pioneiros do ensino profissional no Brasil.

Passando por diversas fases, através de decretos, leis e na maioria das vezes de simples inovações, o ensino profissional encontrou amparo legal na Constituição de 1937, quando o mesmo é mencionado como sendo uma necessidade do Estado ciente-lo através de escolas especializadas, mas que seria apenas destinado às classes menos favorecidas.

Essas escolas de fato surgem a partir de 1942, o SENAI e as Escolas Técnicas Federais, no entanto, com o crescimento populacional do país observado na década 60/70, que ficou conhecido como explosão demográfica, acompanhado que foi do novo processo acelerado de industrialização. Tais escolas tornaram-se insuficientes para atender a demanda juntamente com as necessidades do mercado de trabalho. A solução apresentada foi através da Lei 5692 de agosto de 1971, que como inovação maior propõe uma idéia de terminalidade no Segundo Grau ao implantar disciplinas técnicas como obrigatórias.

Para se avaliar se o objetivo da terminalidade está sendo alcançado, aplicou-se dois tipos de questionários, com perguntas objetivas, sobre as atitudes dos alunos em relação a seus cursos e que aqui estão demonstrados através de gráficos e que nos transmitiram suas reais posições. A fase complementar foi feita através de uma sondagem de opiniões, utilizando-se a mesma técnica de aliciamento nas empresas, seu potencial com respeito a possibilidades de estágio para os alunos do Segundo Grau e, atitudes dos empresários com respeito ao ensino profissional nas escolas.

A fase final do estudo foi apresentar a proposta alternativa, que como se propõe não vai anular a Lei 5692, mas evidencia a necessidade de complementação do ensino profissional com outras alternativas que na opinião dos alunos e dos empresários foram julgadas como válidas para alcançar um "status" reconhecido pela sociedade.

ABSTRACT

The objective of this research is to investigate the existing relationship between the Education Act Number 5692 of August, 1971, (which obliges all secondary school students (2º Grau) to undertake professional training) and the curricula offered at secondary schools, together with the attitudes of the students who are faced with these two situations: the Education Act and the courses offered.

This investigation was developed by taking as a starting point an historical view of professional training. Thus it begins with the situation

when Brazil was a Portuguese colony when the training of skilled labour was carried out in the workshops attached to the mansions in a totally unsystematic way. The training was administered by artisans brought from Portugal to overcome the absence of skilled labour in the colony. These men then passed on their knowledge either to their own sons, or, in the case of their being no sons, to other interested whites (Europeans). Only much later were these skills passed on to the slaves. Thus these master craftsmen transmitted their skills in a protectionist, "*close-shop*" manner, initially, and later in a discriminatory way and for this were rewarded with the title of the pioneers of professional training in Brazil.

Professional training in Brazil was subjected to various phases according to decrees and laws, which in most cases were purely innovative, but finally achieved legal favour in the Brazilian Constitution of 1937. While this same constitution recognised the need for state financing through specialised schooling, professional training was restricted in its application to those less favoured sections of the society.

These schools, the SENAI and Federal Technical Schools only began to appear, in fact, after 1942. However, with the population increases (later known as a demographic explosion) which occurred in Brazil in the 1960's, accompanied by an accelerated process of industrialisation, these same schools proved to be inadequate in supplying the demands created by the needs of the (new) working market. An attempt to solve these problems was made by the establishment of the Act Number 5692, of August, 1971, in which the most important innovation was the proposal to introduce compulsory technical subjects within the options of the secondary school programme.

In order to evaluate whether the objectives of this end product is being achieved two types of questionnaire, with objective questions, were applied. These dealt with the pupils attitudes towards their courses. The results have been included in graphic form in this study in an attempt to provide a true picture of the situation. A complimentary data collection was made using an opinion poll similar to those adopted in techniques of sampling by private companies. This was done to evaluate their potential regarding the practical field training in industries for the secondary school pupils, as well as to gauge the attitudes of the industrial employers towards the training in schools.

The final stage of this research paper contains details of an alternative proposal which, as it is presented, in no way negates the value of the Education Act Number 5692, but provides evidence of the need to compliment existing professional education with further alternatives. These alternatives were, in the opinion of both the pupils and the employers, felt to be a valid way of achieving a recognisable status for the training in the eyes on society.

Í N D I C E

	Página
<u>AGRADECIMENTOS</u>	iii
<u>RESUMO</u>	iv
<u>ABSTRACT</u>	vi
<u>ÍNDICE</u>	ix
<u>LISTA DE ANEXOS</u>	xi
 CAPÍTULO I	 1
1.1. PROBLEMA.....	1
1.2. INTRODUÇÃO.....	1
1.3. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA.....	5
1.4. OBJETIVO.....	6
1.5. HIPÓTESE DE ESTUDO.....	7
 CAPÍTULO II - A EVOLUÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL.....	 8
2.1. DA DESCOBERTA DO BRASIL AO FIM DA ÉPOCA COLONIAL.....	8
2.2. OS CENTROS DE APRENDIZAGEM DE OFÍCIOS NA COLÔNIA NA PRESENÇA DE D. JOÃO VI.....	11
2.3. ABERTURA DOS PORTOS ÀS NAÇÕES AMIGAS "1808".....	15
2.4. O ENSINO PROFISSIONAL, DA INDEPENDÊNCIA À REPÚBLICA.....	16
2.5. O ENSINO PROFISSIONAL, DA REPÚBLICA AO INÍCIO DO CI- CLO INDUSTRIAL.....	18
2.6. O PRECONCEITO OFICIALIZADO.....	21
2.7. O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA.....	24
2.8. O ENSINO INDUSTRIAL NO BRASIL, DE 1938/1965.....	27
 CAPÍTULO III - AS LEIS.....	 31
3.1. LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL, DE 30 DE JANEIRO DE 1942.....	31
3.2. TRANSIÇÃO.....	35
3.3. A LEI 5692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971.....	37
3.4. COMENTÁRIOS À LEI 5692, QUE FIXA DIRETRIZES E BASES PARA O ENSINO DE 1º E 2º GRAUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊ- CIAS.....	38
3.5. REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE TÉCNICO INDUSTRIAL.....	42
3.6. O CRITÉRIO DIDÁTICO DA LEI 5692.....	45

	Página
CAPÍTULO IV - PESQUISA DE CAMPO.....	57
4.1. A AMOSTRA.....	57
4.2. RELAÇÃO DE CONFORMIDADE, CURSO E COMPORTAMENTO INDIVIDUAL.....	63
4.3. NÃO CONFORMIDADE FUNCIONAL COM O CURSO PROFISSIONALIZANTE.....	65
4.4. A IDEIA DA TERMINALIDADE SEGUNDO A LEI 5692.....	71
4.5. MERCADO DE TRABALHO.....	72
4.6. ESTÁGIO EM EMPRESAS.....	80
 CAPÍTULO V - EMPRESAS.....	85
5.1. OPINIÃO DOS EMPRESÁRIOS.....	85
5.2. PROPORÇÃO DE FUNCIONÁRIOS FORMADOS.....	86
5.3. PREFERÊNCIA ESCOLAR.....	87
5.4. FORMAÇÃO TÉCNICA.....	88
5.5. INTERESSE DAS EMPRESAS.....	88
 CAPÍTULO VI - A PROPOSTA ALTERNATIVA.....	90
6.1. AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS SUBJETIVOS.....	91
6.2. AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS OBJETIVOS.....	92
6.3. A FALTA DE EMPREGO.....	93
6.4. A QUESTÃO DO STATUS.....	94
6.5. LOCAIS DE APRENDIZADO.....	95
6.6. CONCLUSÕES.....	96
 <u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	98
 ANEXOS.....	100

LISTA DE ANEXOS

	Página
1. Questionários usados para aliciamento de atitudes e opiniões dos alunos do segundo grau profissionalizante sobre seus respectivos cursos.....	101
2. Questionários usados para aliciamento de opiniões dos empresários, sobre o aproveitamento técnico dos cursos ofertados no segundo grau e, oferta de estágios em suas respectivas empresas.....	103

CAPÍTULO I

1.1. PROBLEMA

1.2. INTRODUÇÃO

Os temas que versam sobre Educação, no Brasil, têm alcançado, nas últimas décadas, um fascínio especial sobre profissionais que se dedicam, não só ao magistério, mas, também sobre os intelectuais e políticos. E estes últimos são incansáveis na elaboração de projetos e mais projetos para reformar e contra-reformar currículos na Educação Brasileira.

Na Câmara dos Deputados, em Brasília, existe um arquivo moderno, de forma cilíndrica, de mais ou menos umas dez mil páginas, todas proondo e dispondo sobre esse tema apaixonante do qual se diz que cada um de nós por ele é responsável.

Nas Universidades Brasileiras, os cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado, além dos Simpósios anuais versando sobre Educação, nos mostram que já não basta só o curso de Pedagogia para resolver os problemas educacionais, e, sim, que é preciso pensar e repensar sobre o que se tornou nos dias de hoje uma Questão Educacional, no Brasil.

Como aluno de um desses mestrados, também não resisti aos apelos dos meus mestres, que enfatizam a necessidade de se reformular os conceitos, modificar os currículos e, principalmente, de se dissociar a Educação do sistema político do governo municipal, estadual e federal e, o que é mais grave ainda, o de se perceber que a Educação Brasileira se acha comprometida com os países desenvolvidos, assunto tão discutido nas teorias do Neo-Colonialismo, Satelização Capitalista Periférica e as teorias referentes aos países Subdesenvolvidos ou do terceiro mundo.

Resolvi pensar no Ensino Profissionalizante do Segundo Grau, justamente numa época de crise econômica, onde os meios de comunicação alardeiam, com suas manchetes sensacionalistas, que faltam empregos nas fábricas, falta essa motivada pela recessão, inflação, crise do petróleo, etc.

No meu entender, um país como o Brasil, com suas famosas Dimensões Continentais, com seus climas bem distribuídos e próprios para todas as culturas, rico, nada faltando em seu solo e subsolo, a ponto de ser descoberta recentemente uma serra que traz, em seu bojo, toneladas de ouro, e a crise energética de petróleo, amenizada pela nova política do álcool, pensamento esse que já foi concretizado em 1933, quando, no então Instituto Nacional de Tecnologia, se transformaram 34 motores a álcool e se promoveu o primeiro circuito nacional de veículos a álcool, obtendo uma performance de sete quilômetros por litro, nos velhos carros Ford, modelo 1931, importados é claro. O entusiasmo foi tanto, na época, que, quase vinte mil carros foram transformados de gasolina para álcool; todavia, o novo

combustível, por interesses econômicos, teria acabado, servindo apenas para demonstrar a grande versatilidade da inteligência brasileira, que não se deixa abater por crises importadas ou mesmo fabricadas em gabinetes de ministros.

No entanto, no ensino, o problema se agiganta e carece de soluções mais concretas, de vez que suas reformas, ao longo do tempo, não conseguiram superar o drama de milhares de jovens que, anualmente, se frustram a tal ponto que, inclusive, já houve casos de suicídio por não conseguirem ingressar na Universidade.

Na tentativa de resolver o problema, foi criada a Lei 5692, de 11 de agosto de 1971, que instituiu o ensino profissional obrigatório, iniciando no primeiro grau e concluindo no segundo, caracterizando uma idéia de terminalidade.

O presente trabalho tem a finalidade de discorrer sobre o processo histórico das profissões manuais, mostrando como as mesmas foram vítimas de preconceito, e o tratamento discriminatório dispensado ao ensino técnico fato que, ainda hoje, se verifica em nossa sociedade, é o produto de decisões oficiais em décadas anteriores.

Daí a preocupação da atual sociedade de consumo em criar novas faculdades, objetivando atender os clientes doutoráveis, sem mercado de trabalho e deixando de criar fábricas, sendo que o espaço das mesmas é, cada dia, tomado pelas multinacionais, acentuando a expressão já de domínio público, "*Brasil, quintal das multinacionais*".

A despreocupação pelo ensino profissional foi tomando conta do sistema educacional e, quando se viu a necessidade de formar tecnicamente o jovem, excedente dos cursos universitários, encontraram-se os estabelecimentos escolares despreparados de elementos humanos capazes de passar alguma técnica, bem como a falta de material, máquinas e ferramentas e, mesmo, espaço físico muito valorizado, nos centros urbanos, para instalação de oficinas.

A omissão da sociedade no sentido de modificar o preconceito em relação aos ofícios manuais, também esteve presente no tempo, nada se registrando no sentido de se formar uma nova consciência ou Ideologia, favorável ao ensino industrial. Os sindicatos ou entidades de classe não pressionaram o governo; as escolas públicas e particulares, legítimas porta-vozes dos ideais da educação, também se omitiram. Da mesma forma, os empresários não pensaram na necessidade de preparar o jovem, no segundo grau, para a lógica do trabalho na sua maioridade.

Na falta de uma informação melhor, compete ao jovem, reprovado no vestibular, conscientizar-se de que é necessário, para competir no mercado de trabalho, de um preparo técnico e, nestes casos, não raro se refaz o segundo grau, tenta-se uma vaga na Escola Técnica Federal, Senai e, atualmente, no Senac; contudo, aí também o jovem vai encontrar uma superpopulação de candidatos ao limite de vagas, vendo-se novamente diante de outro vestibular. como uma forma já clássica de eliminação, quando é submetido a novas provas de português, conhecimentos gerais e matemática: evidente absurdo do nosso ensino, pois, se o jovem já foi eliminado em um vestibular, eventualmente na área humanística, volta a ser checado para um curso técnico e, possivelmente eliminado nas mesmas disciplinas.

A proposta desta dissertação é no sentido de propor uma alternativa que viabilize esta situação caótica do ensino brasileiro, objetivando abrir um espaço mais amplo de se conseguir chegar a uma formação técnica, caracterizando o sentido da terminalidade nos moldes da Lei 5692, de 11 de agosto de 1971.

1.3. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Segundo Karl Mannheim, o indivíduo que se isola não pode ser considerado integrante do processo social-educacional e, qualquer proposta que se possa levantar para completar sua formação, há que considerá-la socialmente, pois o homem integrado reage politicamente, muito embora suas potencialidades individuais sempre indicarão uma personalidade a ser descoberta.

Acreditamos que o adolescente na faixa etária dos 14 aos 18 anos, ainda não tenha sua estrutura de maturidade atingida, e precisa encontrar no sistema sócio-educacional que o abrange, um ambiente que lhe forneça uma base técnica educacional, viáveis às exigências competitivas da sociedade capitalista que lhe é peculiar.

Esta interação social escola-sociedade é de vital importância ao jovem, e passa a convergir na meta da Lei 5692/71 num objetivo manifesto para o estudante e necessário para a sociedade.

A realidade escolar necessita ser constantemente revisada e os próprios jovens na maioria das vezes se encarregam de manifestar suas reivindicações, pedindo que ela mude, tornando-se mais prática e realista, expressando opiniões críticas em relação ao papel da escola no contexto histórico da sociedade moderna.

Estas expectativas de mudanças, que se fazem necessárias estão presentes também no ensino profissionalizante, e será aqui analisado como uma evidência entre o que se ensina e o que se necessita aprender em função das exigências e mudanças do mercado de trabalho.

Pela forma que esta delimitado o problema, fica evidente que o presente trabalho procurará embasar teoricamente a necessidade duma formação mais prática a uma situação de mercado a partir do seguinte desenvolvimento: O pensamento histórico, às leis de proteção ao ensino prático na formação do técnico, a criação e ampliação das escolas profissionais, os efeitos e os defeitos da Lei 5692, as atitudes dos educandos a compulsoriedade da citada lei e a proposta alternativa propriamente dita.

1.4. OBJETIVO

O presente estudo tem como objetivo verificar as atitudes dos educandos do segundo grau profissionalizante no atual contexto sócio-educacional diante da Lei 5692.

Uma realidade, a expectativa dos empresários em relação a utopia da terminalidade proposta pela citada lei.

Uma solução alternativa, se valida poderá ser meritória no aperfeiçoamento do ensino do segundo grau quanto na efetiva formação do técnico na escola.

1.5. HIPÓTESES DE ESTUDO

Uma pesquisa de mão dupla, escola-estudante e escola-em presa, como fornecedores de subsídios para a solução da atual crise-do ensino, quando verificadas as deficiências operacionais no sistema educacional de segundo grau.

CAPÍTULO II

A EVOLUÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL

2.1. DA DESCOBERTA DO BRASIL AO FIM DA ÉPOCA COLONIAL

Nesse período, encontramos o Brasil, como peça do sistema mercantil-capitalista que se havia expandido por todo o mundo ocidental.

Semelhante ao papel das diversas Colônias, o nosso país era um empreendimento comercial para a extração de matérias-primas, explorado, no início, por empreendedores particulares e, posteriormente, pela coroa portuguesa, seus produtos contribuíam para o desenvolvimento industrial da Europa-Ocidental, suprindo com novos produtos a nobreza européia, ávida de surpresas do Novo Mundo.

A característica do trabalho aqui encontrado, é do tipo familiar e pessoal, predominando o sistema de trabalho coletivo, cujas relações sociológicas são denominadas primárias, diferindo das relações impessoais, das sociedades industriais modernas.

A inexistência de uma rede nacional de comunicações , criava um vazio comercial entre os próprios núcleos populacionais da colônia, centralizando as decisões entre os senhores feudais, os quais também estavam sob o jugo da coroa, sob a inspeção constante dos fiscais do reino. Nossa economia, classificada de natural, da qual se exportavam produtos tropicais, minérios brutos e rudimentares manufaturas.

Com a Revolução Industrial, no fim do século XVIII e princípios do Século XIX, na Europa, tornavam-se necessárias novas fontes de matéria-prima e não o desenvolvimento industrial das colônias, a tal ponto que foram lançados, nos fins da Colônia, decretos régios proibindo indústrias de transformação de ferro e fazenda, entre outros.

As Colônias do além mar passam a ser mais valorizadas , pois, tudo o que elas possam dar, rende para o comércio europeu, visto que o transporte era relativamente barato, embora os riscos fossem maiores.

Como centros rurais de produção, as "fazendas" fechavam-se numa economia de auto-subsistência - porém, pressionadas pela estrutura global mercantil-capitalista, formavam um elo de atendimento às necessidades complementares dos centros dinâmicos das metrópoles coloniais.

Este "elo" formava uma ligação entre o atrasado e o adiantado, embora a situação de dependência do primeiro para o segundo, o primeiro vai com o tempo beneficiar-se e progredir, não só com a necessidade histórica de fiscalização das colônias , quanto a constantes invasões, mas, também, de melhor aprimorar as pequenas cidades para receberem e acomodarem os ilustres personagens do reino.

Eles chegam trazendo seus empregados e os artífices, mecânicos e tecelões, que, aos poucos, vão suprindo a inexistência de indústrias manufatureiras no Brasil, criando na colônia uma classe intermediária entre a elite senhorial e, no degrau mais baixo, os índios e os escravos negros.

O ensino dos conhecimentos dos ofícios, no Brasil, aí se iniciou, com suas oficinas anexas à casa-grande e sem qualquer caráter sistemático, esses artífices gozavam de relativo prestígio pois vinham suprir a necessidade de bens de consumo, essenciais à auto-suficiência das fazendas, e são os pioneiros do Ensino Profissionalizante do Brasil.

Não se poderia julgar que o artífice nesta época fosse um especialista e, sim, o agente total, desenvolvendo habilidades para todas as fases da produção. Não se interage porém com outras organizações; ele se isolava de um contexto associativo, à semelhança das corporações da Europa, na Idade Média, fato este que, talvez, tenha a ele sido atribuído um status mais baixo, perdendo seu antigo prestígio social, como classe intermediária.

Outro fato que veio desmoralizar os ofícios foi o Ciclo da Cana de Açúcar, o qual transferiu a aprendizagem de ofícios para os escravos e índios; correspondendo a educação européia, em que os senhores deveriam dedicar-se às atividades intelectuais, e as tarefas manuais para os nativos e escravos, seguindo o costume da pátria e, também, para justificar a presença dos jesuítas no Brasil, os quais estavam prontos para transmitir a educação aristocrática aos filhos dos senhores das fazendas e dos engenhos.

Observa-se, também, o aspecto econômico nesta transferência, pois os raros trabalhadores livres, imigrantes da Europa, dedicados às tarefas manuais, certamente cobravam caro seus serviços, pois em seus países, seus bens eram valorizados. O choque desses valores é que transferiu as tarefas pesadas para a mão-de-obra explorada e gratuita dos índios.

Mais tarde, vai-se observar no Brasil uma marca bem maior do preconceito à mão-de-obra manual, quando, para o exercício de funções públicas, era preciso que o candidato, ou seus antecedentes, não tivesse antecedentes de tarefas "pesadas", ou quando os aprendizes dos Arsenais da Marinha eram recrutados à força entre desocupados e marginais sociais. Vigorando, no contexto social, esse tipo de preconceito, vai-se estabelecer mais fortemente nas leis da colônia.

2.2. OS CENTROS DE APRENDIZAGEM DE OFÍCIOS NA COLÔNIA, NA PRESENÇA DE D. JOÃO VI.

No entanto, não se poderia esperar muito, pois, em 1850, não passavam de cinqüenta as indústrias de transformação, em estilo artesanal de trabalho. Com esta pouca presença de indústrias, na colônia, o ensino industrial era mínimo, se comparado aos tempos de hoje.

Nossa economia, nessa época, estava esteada na produção do açúcar e, além disso, quanto à instalação de indústrias na colônia, era sistematicamente proibida pelos vetos de 1706 ,

1747, 1751 e 1766, culminando com o Alvará de 5 de janeiro de 1785, pelo qual se determinava o fechamento de todas as fábricas, "salvo aquelas que tencessem fazendas grossas de algodão, próprias para uso e vestuário dos negros e para enfardar ou em pacotar fazendas".⁽¹⁾

Apesar destas proibições, faz-se sentir a presença crescente dos ofícios, sejam apenas rudimentares, como sapatos a fazer, tecidos a fiar, madeiras a trabalhar e rudimentares produtos de ferro a forjar, mas que, no entanto, supriam as necessidades da colônia e que demandavam profissionais e onde se fazia necessária a aprendizagem, ora de negros, índios e, já, de brancos.

Os brancos, mais próximos dos mestres, como seus aprendizes e que viriam substituí-los; para tanto era-lhes necessária uma dedicação de corpo e espírito para pô-los à altura de um futuro mestre.

Copiando o modelo Europeu, se estenderam também no Brasil as Corporações de Ofícios, as quais assim se estruturavam: O aprendiz que, por via de exame de ofício, poderia ascender a oficial, deste para mestre, que poderia atingir o posto máximo de Juiz do Ofício respectivo.

Caracterizando a sociedade Católica desses tempos, de cultura provincial, cada um desses ofícios tinha um santo como protetor.

1. SUCKOW, Celso da Fonseca. História do Ensino no Brasil. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1961. p. 110-119.

As Câmaras de Vereadores, cabia a fiscalização e organização dos ofícios e consta-se ser muito rigoroso o exame para que o indivíduo pudesse abrir sua tenda para exercer uma profissão, pois suas normas eram reguladas pelo "*LIVRO DOS REGIMENTOS*".

O posto mais elevado de Juiz de Ofícios, era alcançado através de eleição entre os que tivessem sua competência comprovada no cargo de mestre. Assim sendo, era muito difícil ao forasteiro exercer uma profissão nas vilas ou comunidades.

No entanto, ainda no Século XVIII, os que exerciam ofícios manuais, não poderiam ser eleitos às câmaras, pois sua reputação não era considerada digna.

Embora de ensino assistemático, os centros de aprendizagem, na Colônia, polarizavam em torno dos engenhos do ciclo do açúcar, o ensino dos ofícios, de conhecimentos rudimentares, reclamados por suas utilidades funcionais.

Diversificando do ensino da construção de equipamentos para obtenção do açúcar, o ciclo do ouro, em Minas Gerais, gerava novo pólo de desenvolvimento Colonial e ampliam-se as opções de aprendizado para essa nova classe média que se vai formando no Brasil Colonial; embora a remessa para Portugal fosse da pedra bruta, a sua lavra e seu exame, necessitavam de conhecimentos profissionais, que exigiram novos mestres e aprendizes.

Também, nas casas de Fundição e de Moeda, onde o ouro era derretido em barras e as moedas cunhadas, formavam-se novas opções de mão-de-obra especializada.

No trabalho com o ouro, a clientela já era mais selecionada: compunha-se somente de brancos, oriundos das famílias de colonos ou de pequenos comerciantes, que ascendiam a uma hierarquia salarial mais elevada e, por conseguinte, seu status social mais expressivo.

Já, no Rio de Janeiro e na Bahia, a aprendizagem era mantida pelo erário público nos Arsenais da Marinha, uma vez que a construção e manutenção naval exigia uma mão-de-obra numerosa; sua constituição já era diferente dos outros locais, pois constituía-se de Mandadores, Mestres da Ribeira, Engenheiros, estes importados da Metrópole e seus operários, que eram círcundados por escravos da coroa e presos.

Na escassez de voluntários, para esse tipo de trabalho, parte do pessoal era recrutada à força, à noite, pela patrulha do Arsenal entre os que perambulavam à noite após o toque de recolher.

Esse arbítrio entre os militares vigorou por muito tempo no costume brasileiro, sendo usado também como uma forma de punição "*mandar para o Arsenal*" pelos pais de filhos vadios.

Salienta-se novamente, na história, um status desonroso para o trabalho manual e servindo como significativo de punição, que, certamente, vai passar para outras gerações como condição de inferioridade, abrangendo também pensamentos relacionados a profissão manual.

2.3. ABERTURA DOS PORTOS ÀS NAÇÕES AMIGAS "1808".

1808, D. João VI, após ter aberto os portos ao comércio com países estrangeiros, permite também o livre estabelecimento de fábricas e manufaturas e, no ano seguinte, face às exigências dos empresários de artífices e artistas cria o Colégio das Fábricas, que foi o primeiro estabelecimento oficial para o ensino profissionalizante no Brasil.

Para suprir as necessidades da coroa, de mão-de-obra especializada, D. João VI cria a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, propondo-se a conjugar artes e ofícios, importando da França uma missão artística. Falhou porém, visto que na época, caracterizava-se a discriminação dos ofícios manuais, fato que jamais poderia aliar-se às artes. A Escola Real converte-se simplesmente em Academia de Artes, frustra-se a tentativa de trazer os jovens de boa família para os ofícios, para os quais vão se destinar os órfãos, oriundos dos Seminários para meninos abandonados, que, nessa época, se criam na Colônia.

O atraso que o país sofreu para se fazer presente num processo de industrialização, ainda que incipiente, deveu-se à abolição da escravatura, que só ocorre em 1888, retardando o evento das máquinas e estagnando o valor atribuído aos trabalhos manuais.

2.4. O ENSINO PROFISSIONAL, DA INDEPENDÊNCIA À REPÚBLICA

Do ponto de vista do desenvolvimento do país, seria nos fins da monarquia, segundo acentua Roberto Simonsen, que se iniciaria o primeiro surto industrial do país: "A formação de capitais, no país, pela cultura cafeeira no vale do Paraíba e, mais tarde, no planalto paulista, aliada a novas diretrizes no regime tarifário e a política inflacionista do governo, propiciaram o nosso primeiro surto industrial, de 1885 a 1895".²

De acordo com o historiador Hélio Viana, já seriam 636 as fábricas existentes no país, em 1889, ano da proclamação da República, as quais ocupavam cinqüenta e quatro mil operários.

Na questão do status profissional, nada tinha mudado, impondo-se o trabalho intelectual às manufaturas, sendo que cultura significava o cultivo puro e desinteressado de letras e belas artes, sendo maior e mais considerado o mais abstrato e menos prático.

Uma pléiade de advogados, formados na Europa, e letRADOS, altos funcionários públicos, militares, dominavam o país até os idos de 1930, sempre considerando uma ofensa o fato de as pessoas bem nascidas, dedicarem-se aos ofícios, relegadas as classes inferiores ao desprestígio social.

2. SIMONSEN, Roberto. A evolução industrial do Brasil. Ed. Melhoramentos. São Paulo, 1939. p. 178-190.

Segundo assegura Anísio Teixeira, a simples presença, nos currículos escolares, de temas práticos ou utilitários chegava a ser interpretada, como pouco educativa ou deseducativa.

Mesmo predominando um quadro contrário às expectativas professionalizantes, não faltaram pronunciamentos a favor dos ofícios, nas escolas.

Em 1830, foi apresentado o projeto do Deputado pela Bahia, Antonio Ferreira França, instituindo o ensino profissional no Brasil, não obtendo votação, evidenciando ainda seu forte desprestígio social.

Em 1852, o Deputado Araujo Porto Alegre, apresentou projeto mandando organizar escola pública de ensino profissional, no município neutro do imperio.

Em 1887, do Deputado Rui Barbosa, propondo a criação da Escola Normal de Artes Aplicadas e criando em todo o país, classes de aulas de artes para adultos, que deveriam fornecer noções de desenho de aplicação industrial.

Em 1889, quando, na fala do trono, a 3 de maio, pedia D. Pedro II à Assembléia Legislativa, a criação de escolas técnicas, adaptadas às condições e conveniências locais, muito embora ele mesmo contribuisse para o desprestígio social das profissões, criando situações como a de manter escola para ensino de ofícios para filhos de seus servidores e de antigos escravos da corte.

Era natural que o ensino profissional ficasse omitido das escolas e reduzido que foi a uma situação de ensino industrial, posto que o Império, puro instrumento de dominação da

classe dominante, não apresentava interesse do empresariado local de se fazer presente para ministrar aulas de mecânica ou desenho industrial de uma forma sistemática, nas escolas públicas, já constituídas e estruturadas precariamente, sem falar no pagamento aos professores que, já, naquela época, não era nada atrativo.

2.5. O ENSINO PROFISSIONAL, DA REPÚBLICA AO INÍCIO DO CICLO INDUSTRIAL.

Conforme assinala Roberto Simonsem, houve, no último período do século XIX, concorrência de um complexo de fatores propícios à industrialização do país:

Abolição da escravatura

Imigração de colonos europeus

Prosperidade da cultura cafeeira

Energia elétrica acessível

Equipamentos industriais modernos e de menor custo

Melhores meios de transporte

Força de trabalho abundante

Situação cambial desfavorável à importação.

Este complexo de fatores conjugados determinaria a mutação radical quanto ao papel desempenhado no país pela economia natural, isto é, pela auto suficiência das grandes fazendas, ba-

seadas no trabalho escravo e no domínio senhorial, que prevaleceram na economia nacional até o terceiro quartel do século XIX.

Em seu livro *A Evolução Industrial do Brasil*, Roberto Simonsen destaca:

"Para que se abrisse espaço à industrialização urbana, tornava-se necessário romper a unidade autônoma, pois a formação do mercado interno resulta justamente da desintegração da economia natural, quando em unidades econômicas heterogêneas, se passa a produzir tudo aquilo que era resultado da produção homogênea, nos limites da fazenda ou da comunidade rural".

É quando se atinge a fase de interdependência por disse melhança na divisão social do trabalho.

No início do século, podemos observar a mudança na estrutura sócio-econômica do país, uma vez que, não só a chegada dos milhares de imigrantes, que, somados ao fato do início da primeira guerra mundial, entre 1914 a 1918, bloqueando as importações, favorecendo as exportações, determinava uma mudança radical na economia, de uma forma natural ou primária, passa para a secundária ou de industrialização.

Pelo censo industrial de 1907, observa-se a existência de 3250 indústrias no país, com uma força de 150 mil operários e, em 1920, esses números passaram para: indústrias, 13.336, com 275.512 operários e, em 1939, já havia no país, operando, 60 mil indústrias com 1 milhão de operários.

Necessária seria uma estrutura nova na educação brasileira, a exemplo da manifestação na esfera política, da proibição da abertura de novos ginásios e faculdades sem antes a criação de Institutos de Ensino Profissional, ressaltando os interesses de classes que definiam e formavam o setor patronal e o assalariado.

Tal aspiração concretiza-se em 1910, quando inicia o funcionamento, em dezenove capitais de Estados, as Escolas Industriais e Técnicas do Ministério da Educação, criadas que foram pelo Decreto-Lei 7566, de 23 de setembro de 1909, formando aprendizes e artífices, destinando-se preferencialmente aos "desfavorecidos da fortuna".

Sedimenta-se a situação pejorativa relegada aos trabalhos manuais, quando se estipula em decreto oficial que pobre deve trabalhar, aprender ofício, subtendendo-se que os afortunados deveriam continuar seus estudos, ser doutores, políticos e magistrados. Dando seqüência, a elite dominante do país, que nessa época era formada pelos coronéis ou afilhados destes, e não se cogitava mesmo que fosse feito um exame de seleção para os pobres, concessão de bolsas de estudos para aqueles que revelassem inteligência suficiente para continuarem seus estudos superiores.

Em 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, as escolas de Aprendizes Artífices passou a fazer parte do novo ministério.

2.6. O PRECONCEITO OFICIALIZADO

Na Constituição de 1937, surge pela primeira vez a abordagem, em texto oficial, do ensino profissional, tratando-o no entanto com o mesmo preconceito social dos anos anteriores, quando se refere que o mesmo é "*destinado às classes menos favorecidas*".

Na prática, porém, observa-se uma evolução do ensino profissional, quando as escolas federais passam a ministrá-lo acima do nível primário, fazendo-o passar de uma simples preparação de aprendizes, para uma posição de artífices, status este mais elevado na hierarquia social da época. Pode-se bem imaginar que esta pressão de elevação de nível foi reclamada pelos industriais que já melhoravam suas características técnicas. Uma outra novidade era que o ensino técnico deveria ser ligado à indústria, supervisionado por técnicos industriais ou ministrado pelos mesmos.

Esta preocupação pelo ensino industrial, marca também uma evolução do panorama das cidades, provinciais, para urbano-industriais. É a indústria, o empresariado que emitirá as ordens, quebrando a hegemonia secular do ciclo fazenda/política/cidades, do coronelismo, fase esta que muitas vezes, apõe-se ao próprio ensino nas fazendas, mesmo ao de alfabetização.

Observa-se a presença do empresariado, atuando de uma maneira um tanto isolada, como no caso de Pernambuco, ainda no século XIX, quando da manifestação dos contratos entre governo e empresários para instalação de fábricas de papel, meias de algo

dão, de cerâmica, de louças, porcelanas e vidros, onde os empresários se comprometiam a transmitir o conhecimento das artes praticadas na empresa e determinado número de órfãos.

Embora o critério da discriminação dos Ofícios Profissionalizantes às classes mais favorecidas, permaneça, observa-se um desmembramento governo/empresariado, quando, este último, assume também um critério de semi-paternidade ao desenvolvimento do ensino profissionalizante.

De relevante e significativo interesse para este trabalho, no sentido de diminuir o preconceito de classes no ensino profissionalizante, foi a realização, pelos concessionários da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que criaram, em 1934, em São Paulo, o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, visando a fornecer, além da aprendizagem do ofício, a educação geral, instituindo exames psicotécnicos na seleção dos candidatos e propondo-se a retirar a sua clientela do desfavor do preconceito contra a profissão.

Esse exemplo foi de fato um marco na história do ensino profissionalizante do Brasil, quando se observa a elevação do status do aprendiz de ofícios, que já se livra do preconceito de pobre ou órfão, ao escolher livremente uma profissão e, a ela ser submetido a testes e seleção.

Outras iniciativas dando crédito a essa idéia vão surgindo, como a proposição da criação das Escolas de Aprendizes Industriais e as Escolas Sindicais Pré-Vocacionais que cairam no vazio e que, no entanto, deram alento ao Decreto-Lei 1328, de 2 de maio de 1939, que, por sua vez, deu força efetiva ao surgimento, em 1942, do SENAI, o SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL.

Embora tenham, os industriais, reconhecido a importância do ensino profissionalizante e julgado necessária a criação do SENAI, reconheceram, porém, que a manutenção do mesmo deveria ficar na alçada do governo, pois os custos de manutenção seriam altos e a administração por parte dos empresários, inviável; outro fator foi a necessidade de fornecer à classe operária, uma perspectiva de formação profissional, dada aos candidatos uma formação tecnológica, face às condições das indústrias, que já pautava os caminhos da tecnologia.

Também, cabe a observação de Fernando Henrique Cardoso, que a sociedade global negava ao proletariado qualquer definição de interesses autônomos, por isso que o sistema institucional do país e os mecanismos básicos de controle social sancionavam a dominação de cunho patrimonial-estatal, exercida pelos grandes proprietários e exportadores, cujos interesses como classe, só aparentemente poderiam não ser coincidentes como o do nascente empresariado industrial, que se constituía, incorporando, não uma nova, mas a mesma ordem de valores tradicionais.³

Essa razão de cunho sociológico, vai caracterizar uma política de formação de mão-de-obra profissional em empregos braçais, dirigida ao operariado, deixando livre as ocupações mentais para a classe média florescente, as ocupações de nível gerencial e administrativo-estatal para a classe alta, permanecendo, ainda, no Brasil, na sua segunda fase de industrialização, as mesmas características preconceituosas do Estado Patrimonial.

3. CARDOSO, Fernando Henrique. Proletariado no Brasil: situação e comportamento social. São Paulo, 1962. p. 153.

2.7. O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA

Em março de 1932, uma plêiade de mais de 25 educadores e intelectuais da época, reunidos, redigiram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova; eram todas pessoas que, na época, mais entendiam de Educação, cujas orientações compreendidas pelas autoridades nacionais, serviram de base para reorientação do Sistema Educacional Brasileiro, como, mais tarde, realmente vieram a ser criadas as Escolas Profissionais, SENAI e ESCOLAS TÉCNICAS FEDERAIS, inspiradas no Manifesto. Estes centros educacionais se destinavam a jovens de 15 a 18 anos, tendo como objetivo passar-lhes uma educação bilateral, constituída de ciência e trabalho, traduzindo em atos a idéia basilar dos pioneiros em se criar escolas especialmente destinadas à formação profissional.

Esses Pioneiros, a quem devemos muito das nossas reformas educacionais, devem ser lembrados: Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, A. de Sampaio Dória, Anísio Teixeira, M. Bergstrom Lourenço Filho, Roquette Pinto, J. G. Frota Pessoa, Júlio de Mesquita, Raul Briguet, Mario Casassanta, C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Júnior, J. P. Fontanelle, Roldão L. de Barros, Atílio Vivacqua, Francisco V. Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meireles, Edgar Sussekind de Mendonça, Amanda A. Alberto, Garcia de Rezende, C. Nobre da Cunha, Pascoal Leme e Raul Gomes.

O manifesto surgiu numa fase em que o país agonizava politicamente, refletindo a ausência de uma Educação Sistematizada num clima estéril de pós-revolução.

Havia necessidade de criar-se algo novo em termos de Educação, que coincidisse com as aspirações constituintes, que pudesse caracterizar o rompimento definitivo com o passado e traçar novos rumos, mais nítidos para a solução de problemas ainda fortemente estabelecidos, da república velha.

O Manifesto abriu uma nova fase de ação construtiva no domínio das idéias e, ainda hoje, o mesmo tem força, que, se fosse revisto pelos educadores e, mesmo pelos responsáveis pela vida nacional do país, alguns de seus problemas básicos seriam corrigidos.

Não só pelo seu valor histórico, mas por intervir objetivamente na filosofia da proposta deste trabalho, permito-me apresentar uma síntese do aludido Manifesto:

"Toda a educação varia sempre em função de uma 'concepção de vida', que transfere para os educandos a filosofia predominante de cada época, da estrutura da sociedade - ressalvando as diferentes concepções em face dos diferentes sub-grupos que atuam numa sociedade de classes e, que vão, respectivamente, opinar de maneiras próprias suas, 'concepções do mundo' caracterizando um primeiro objetivo da finalidade da educação que será o de filtrar em cada época a 'qualidade socialmente útil' e passar para o educando, não de uma maneira anárquica suas tendências dominantes, mas através de uma certa imagem ideal, compreensível pelo educador ao esforçar-se em modelar os jovens espíritos.

Essa procura incessante de um modo ideal de concepção de vida, que uns consideram abstrato e absoluto e, outros, concreto e relativo, variável no tempo e no espaço e que, no entanto, tem a educação através de sua evolução, buscado, mesmo de diferentes civilizações, transmitir esse 'conteúdo real' que, variando com a estrutura e as tendências sociais de cada época, extraí dela sua vitalidade e sua força inspiradora.

A Educação Nova, embasada nesses alicerces filosóficos, se mostra disposta a reagir categoricamente, de maneira sistemática contra a velha estrutura do serviço educacional artificial, ligada aos interesses de classes dominantes, para assumir, segundo Anísio Teixeira, um caráter 'biológico', voltada para a coletividade em geral e conhecendo que todo indivíduo tem direito de ser educado até onde o permitam suas aptidões naturais, independente de suas posições sociais e econômicas.

Aliada da Democracia, a Educação Nova, deve aliar-se aos Direitos dos Homens, formando uma 'hierarquia democrática' pela 'hierarquia das capacidades' com as mesmas oportunidades para todas as classes sociais da estrutura social, a fim de desenvolver natural e integralmente o homem em cada uma de suas etapas de crescimento, acompanhando a concepção de mundo.

A Escola Nova opõe-se à Escola Tradicional, que, servindo aos interesses de classes, se opõe aos interesses do indivíduo, desagregada do conceito da escola como vínculo social.

Na nova concepção pedagógica do ensino, se propõe reconstituir-se sobre a base da atividade e da produção, considera-se o trabalho como a melhor maneira de estudar a realidade geral, não fazendo dos homens instrumentos de produção, mas como coadjuvante de formação da personalidade moral, mostrando ser o único método suscetível de fazer homens cultivados e úteis sobre todos os aspectos.

Segundo Jules Simon 'se se quer servir à humanidade, é preciso estar em comunhão com ela...' deve-se evitar o isolamento aristocrático e abraçar o trabalho como síntese de cooperação ao desenvolvimento comunitário.

A vida em sociedade transforma-se em função da sua economia, e a criatividade do indivíduo e de sua comunidade se manifestam pela produção e transformação de seus bens.

A Escola Nova, que tem que obedecer a esta lei, de conscientizar-se para que o trabalho seja o seu elemento formador, integrando o educando no conceito de criatividade produtiva, quer individual ou em grupo, fazendo-o penetrar na idéia do progresso material e social da sociedade, de que é um ser social em que vive e luta.

Não se propõe romper com a arte e a literatura, mas com seu cunho excessivo, criando a educação profissional (de preferência manual ou mecânica), sobre uma base comum de três anos, associada a uma base humanística e científica a escola deixará de ser uma escola de 'um grupo social' adaptativa e encaminhada para a rigidez da educação, para ser um organismo flexível e vivo, transmitindo, além da cultura, uma especialização profissional ligada à indústria e ao comércio.

A proposta da Escola Nova é a de que se introduza na formação do jovem, dos 15 aos 18 anos, semelhantes ao segundo grau atual, um ciclo de humanidades modernas, onde prevalecessem os estudos de:

*Ciências Físicas e Matemáticas
Ciências Químicas e Biológicas.*

Associadas a seções, de preferência manuais em escolas profissionais, destinadas à preparação de técnicos em atividades agrícolas, de mineração e pesca, e nos centros urbanos, profissões ligadas à indústria e, no setor terciário, aos transportes e ao comércio.

A Escola Nova, estabelece que, após os 15 anos, em que há diversificação do ensino, haja aproximação dos gostos do jovem adolescente, numa fase de múltiplas aptidões, podendo as mesmas ser adaptadas às expectativas das atividades sociais".⁴

2.8. O ENSINO PROFISSIONAL NO BRASIL DE 1938-1965

Nesse período, verificamos uma mudança radical das fases colonial e semi-colonial, de uma economia primária para secundária, com o impulso sobressalente gerado pela segunda guerra mun

4. AZEVEDO, Fernando de. A educação entre dois mundos. Ed. Melhoramentos. São Paulo, 1958. p. 34-36.

dial, a qual abre um caminho para as exportações aos países envolvidos no conflito, bem como aumenta o mercado interno de bens de substituição às indústrias nacionais, as quais vêem um mercado promissor na fabricação de peças de reposição, face à dificuldade de se importar, segundo Italo Bolonha

"a segunda guerra mundial, de 1939 a 1945, tal como aconteceu com a de 1914 a 1918, correu com a crise cambial, para o adensamento desse processo de industrialização e desenvolvimento. Desta vez, porém, não só com o crescimento do mercado interno, como, também, com a expansão da produção industrial de bens de capital e com relativa continuidade e autonomia nessa expansão, a indústria petrolífera, a indústria mecânica, a de metais não ferrosos, a siderurgia, cuja produção só de 1948 a 1954 subiu 129%, vem dando novo facies à economia industrial do país e constituíram suporte básico ao desenvolvimento da atividade industrial, crescendo em número de empresas, de 39.937 em 1940, com 825.000 operários, para 46.521 empresas em 1949, com 1.639.300 operários e atingindo, em 1963, cerca de cem mil empresas, ocupando aproximadamente três milhões de trabalhadores".⁵

Essa força de trabalho, que se avoluma em cada década, é representada principalmente pelos egressos das atividades rurais, que são empurrados para a cidade face às dificuldades da lavoura, preços declinantes, insumos com preços elevados, pragas e, principalmente, as secas da região nordestina, responsáveis pela migração de milhares de nordestinos ao eixo industrial do Brasil, a atuação exercida pelas metrópoles que supõem a possibilidade de se ganhar dinheiro fácil.

5. BOLONHA, Italo. Demandas de mão-de-obra especializada no atual surto de desenvolvimento industrial brasileiro. São Paulo, 1954. p. 201-209.

Considera-se também a explosão demográfica do país, pela qual cerca de um milhão de jovens anualmente atingem a idade de trabalhar e se vêm compelidos a buscar uma educação geral e formação profissional para titularem-se a um emprego, cada vez mais difícil.

Estes fatos vão dar nova dimensão à estrutura sócio-econômica do país e pressionar a criação de novas estruturas educação/profissão.

NOTAS DE REFERÊNCIA

1. SUCKOW, Celso da Fonseca. História do ensino no Brasil. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1961. p. 110-119.
2. SIMONSEN, Roberto. A evolução industrial do Brasil. Ed. Melhoramentos. São Paulo, 1939. p. 178-190.
3. CARDOSO, Fernando Henrique. Proletariado no Brasil: situação e comportamento social. São Paulo, 1962. p. 153.
4. AZEVEDO, Fernando de. A educação entre dois mundos. Ed. Melhoramentos. São Paulo, 1958. p. 34-36.
5. BOLONHA, Italo. Demanda de mão-de-obra especializada no atual surto de desenvolvimento industrial brasileiro. São Paulo, 1954. p. 201-209.

CAPÍTULO III

AS LEIS

3.1. LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL DE 30 DE JANEIRO DE 1942

Esta lei foi destinada à preparação profissional de trabalhadores da indústria, de transporte, das comunicações e da pesca, definindo-a como de segundo grau, no mesmo nível do ensino secundário, integrando-o definitivamente no sistema educacional do país, isentando-o da discriminação legal de explícita destinação aos desfavorecidos da fortuna, caracterizando uma opção de status profissional e, agora, respeitado pela sociedade em termos de uma lei especial.

Embora um tanto complexo e inexecutável de ser cumprido na íntegra, em face da demanda de jovens que procuravam uma formação profissional, visto ser estruturado em dois ciclos ; o primeiro abrangendo quatro "ordens" de ensino e respectivos cursos, a saber, o industrial básico, o de mestria, o artesanal e a aprendizagem, o segundo, com duas "ordens" de ensino e curso, o técnico e o pedagógico.

Para dar cumprimento institucional a essa lei, ainda no mesmo ano criaram-se as Escolas Técnicas e os ginásios industriais, visando, esse último, atrair alunos para estudos mais vinculados à tecnologia e à indústria.

Nos Estados, cabendo a responsabilidade ao governo estadual, criaram-se Escolas Técnicas, para preparar jovens de 14 a 18 anos, ao mercado de trabalho industrial, juntamente com a educação integral.

Enquanto que o SENAI, por força da Lei Orgânica do Ensino Industrial, já obriga as empresas a matricularem seus empregados menores de 18 anos, por um tempo determinado de 2 (dois) anos num ofício correspondente às necessidades da empresa e interesses do matriculado.

O SENAI seria uma simbiose escola-indústria como único instituto de atuação nacional na qualidade de agência formadora de mão-de-obra.

Segundo seu ex-diretor J. Faria Goes, do SENAI do Paraná, a filosofia de trabalho da entidade pode ser assim traduzida:

- a) ajudar a indústria na formação, em escolas especializadas, de novos contingentes de operários qualificados;
- b) ajudar a indústria no aperfeiçoamento de operários qualificados, adultos e mestres da indústria, de setores preferenciais;
- c) ajudar a indústria no treinamento de operários qualificados e semi-qualificados no próprio emprego.

Assim, o SENAI vem mantendo um forte esquema de ataque ao problema da falta de qualificação da mão-de-obra profissional no país; não só pela formação dos aprendizes mas, também, no contínuo treinamento destes profissionais, mesmo depois de adultos.

Embora, no Brasil, seja difícil caracterizar nossos operários como "*classe*", pois foge muito às características do concepto dado por Fernando Henrique Cardoso, de que classe é

"um conjunto de pessoas que, além de relacionarem-se à produção de modo semelhante e possuirem um destino comum, têm modos de pensar, sentir e agir partilhados comumente graças à acumulação da experiência de formas semelhantes de viver e lutar e são capazes de definir objetivos comuns porque possuem, virtual e realmente, algum grau de consciência de classe".¹

Dificuldade sentiram os operários no Brasil de formar uma verdadeira consciência de classe, em virtude de terem vivido a maior parte de suas vidas sob regimes de força e seus sindicatos caracterizados de "*sindicatos de controle*", não havendo possibilidade de se formar em líderes que pudessem lutar para que as conquistas dos seus direitos de trabalhadores fossem conquistados, como, por exemplo, a participação nos lucros da empresa.

1. CARDOSO, Fernando Henrique. Proletariado no Brasil, situação e comportamento social. São Paulo, 1962. p. 80-90.

Não havendo essa consciência de classe dos seus legítimos direitos pelo proletariado, a educação profissionalizante e integral, passa a ser manipulada, ora pelos próprios empresários, sem atender até agora aos interesses dos jovens e da classe operária.

O operário brasileiro, bombardeado que é pela falta de emprego, salário mínimo inflacionário e consequente problemas de saúde que atinge a si próprio e a seus familiares, pouco pode dispensar de sua atenção a uma representação em sindicatos patronais, de exigir uma melhor formação profissional para si ou para seus filhos.

Segundo Moysés Brejon, o ensino profissionalizante ainda se encontra sob o preconceito histórico e o proletariado ainda é manipulado pela sociedade, isto configurado em sua pesquisa, onde apenas 0,6% em 1.019 pais de alunos pertenciam à classe que reúne profissões que gozam tradicionalmente de grande prestígio social, na clientela deste ensino, em São Paulo.

Pelo que se pesquisou, os alunos matriculados nos cursos profissionali-antes se vêm persuadidos a aceitar o que se lhes oferece e não a descobrir suas reais tendências, objetivo este implícito na Lei 5692, que mais adiante se discutirá, o jovem sente-se condicionado a receber instruções inspiradas no ideal da classe dominante, matricula-se em mecânica ou torneiro, quando, talvez suas tendências seriam de médico ou professor.²

2. BREJON, Moysés. Racionalização do ensino industrial no Brasil. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1962. p. 110-113.

3.2. TRANSIÇÃO

A visão panorâmica histórica do ensino profissional do país, revelou certos traços que é necessário compreender, pois estão na raiz de muitos problemas que impedem sua efetiva solução.

Convém destacar inicialmente as funções clássicas do ensino: a formativa, a propedéutica e a profissionalizante. Essas três funções estão presentes na necessidade imediata da formação integral do homem.

A formativa, é direito do educando em receber da sociedade de que faz parte, os elementos culturais relativos ao nível de escolarização que dele vai ser exigido, nível este que, até bem pouco tempo, não interessava a grande parte da população, pois, para desenvolver suas atividades normais, estava o homem muito ligado à tradição e muito pouco assimilava a novas tecnologias. Bem poucos indivíduos, até a época da 2.^a grande guerra, podiam se dar ao luxo de cursar o segundo grau e, menos ainda, ambicionar à universidade. O modelo econômico que se adapta a essa fase, no Brasil, é o agrário-exportador, embora a expressão do Brasil, país essencialmente agrícola, ainda permaneça.

De 1945 a 1961, corresponde à 1.^a fase da industrialização propriamente dita, período este em que o país perdeu sua oportunidade chave de formar técnicos, oficiais e mestres profissionais, através de um processo de liderança diretora na época da industrialização substitutiva. No entanto, preferiu o

governo Juscelino Kubischek, importar indústrias estrangeiras completas, relegando a incipiente indústria nacional a um plano de mera indústria subsidiária da estrangeira.

No tocante à educação, faltou uma atitude que não se retringisse somente à criação de Decretos, mas a uma efetiva realização; embora se tenham criado as Escolas Técnicas e o Senai, o número de seus assistidos é muito pequeno em relação à demanda.

A terceira fase, de 1961 até os dias de hoje, marca a fase de industrialização urbana, com a instalação das cidades-industriais próximas à casa do operário, o cidadão viu-se despreparado para assumir uma posição de destaque na empresa, pela negligência dos responsáveis pelo sistema educacional de não prepará-lo para enfrentar esse surto de industrialização, e a realidade foi que as empresas multinacionais importaram milhares de técnicos estrangeiros para suprir as necessidades de mão-de-obra especializada, tirando desta forma, a oportunidade de bons empregos aos jovens brasileiros.

O preconceito, porém, entre o trabalho intelectual e o manual, oriundo da realidade social e da política da colonização portuguesa, continua na década dos anos 1950 a 1960 a ser uma constante no ensino, como mostra novamente o surto de criação de centenas de Faculdades de Direito, em virtude da procura maior, nessa década, pelo curso de Direito, motivado em grande parte pelo impulso da industrialização, que vai criar um surto de mobilidade social, uma grande valorização imobiliária e aumentar as causas trabalhistas.

O ensino do segundo grau, de caráter propedêutico vai destinar-se aos socialmente melhor situados, e às instituições profissionalizantes para os adolescentes que precisam ajudar imediatamente no orçamento doméstico.

A terceira função, a profissional, vai necessitar de um impulso maior na fase de industrialização-urbana que se intensifica no Brasil na fase pós-revolução.

3.3. A LEI 5692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971

O Movimento de 1964, que sucedeu a um período de franca ebullição política, social e econômica, sugeria no contexto social brasileiro, a amplas reformas para conter as tensões sociais de correntes das divergências do modelo sócio-econômico adotado na década anterior.

No setor educacional, aciona-se a questão popular, sobresaindo-se no Rio Grande do Norte, Paulo Freire e o seu método de alfabetização; no Recife, o movimento de cultura popular, no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o movimento de educação de base; nos demais Estados da Federação, somam-se outros movimentos liderados por intelectuais da época.

Esses movimentos estavam dentro do espírito da Lei 4024, de 1961, a qual, por conter falhas no seu processo de execução, principalmente no que diz respeito à captação de recursos financeiros, legava aos movimentos resultados modestos.

O novo modelo sócio-econômico adotado pós-revolução, teve como objetivo básico relacionar o ensino com o trabalho, o compromisso de modernizar o país, dotando-o de uma ampla estrutura empresarial. Pressionou a classe média urbana a buscar mais vagas no ensino superior ou uma profissão que lhe garantisse um emprego nas empresas recém instaladas.

A reforma educacional teria como prioridade uma profissionalização obrigatória para a escola e para o aluno do segundo grau.

O grupo de trabalho encarregado de preparar o ante-projeto da Lei 5692, que reformulava o ensino de primeiro e segundo graus, incorporou a tese da necessidade da formação para o trabalho como fator indispensável para a educação. Foi a primeira vez, na história da educação brasileira, que a função propedêutica do segundo grau, passa para o segundo plano, em favor de uma suposta integração entre as funções formativas e profissionalizantes, com o objetivo de frear ou canalizar para outras direções a avalanche de jovens que têm como objetivo único alcançar um diploma universitário.

3.4. COMENTÁRIOS À LEI 5692, QUE FIXA DIRETRIZES E BASES PARA O ENSINO DE 1º E 2º GRAUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

No Cap. I do Ensino de 1º e 2º graus, em seu Art. 1º -diz o seguinte: "O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimen-

to de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania".

Ao referir-se à qualificação para o trabalho, o Pe. José de Vasconcelos define-a como

"qualificação para o trabalho (...) compreenderá o processo de preparar o jovem para as ações convenientes ao trabalho produtivo, seja ele de criatividade, de multiplicação de idéias e projetos de análise e controle de administração e supervisão ou de execução manual ou mecânica, tudo de acordo com as potencialidades e diferenças individuais dos educandos (...). Deverá ser uma formação de experimentação e aplicação dos conhecimentos hauridos nos estudios e na pesquisa das artes, ciências e processos de comunicação".³

Esta descrição de qualificação para o trabalho se complementa com a estrutura funcional do técnico na qual se observa (Figura I) sua posição de destaque no organograma empresarial.

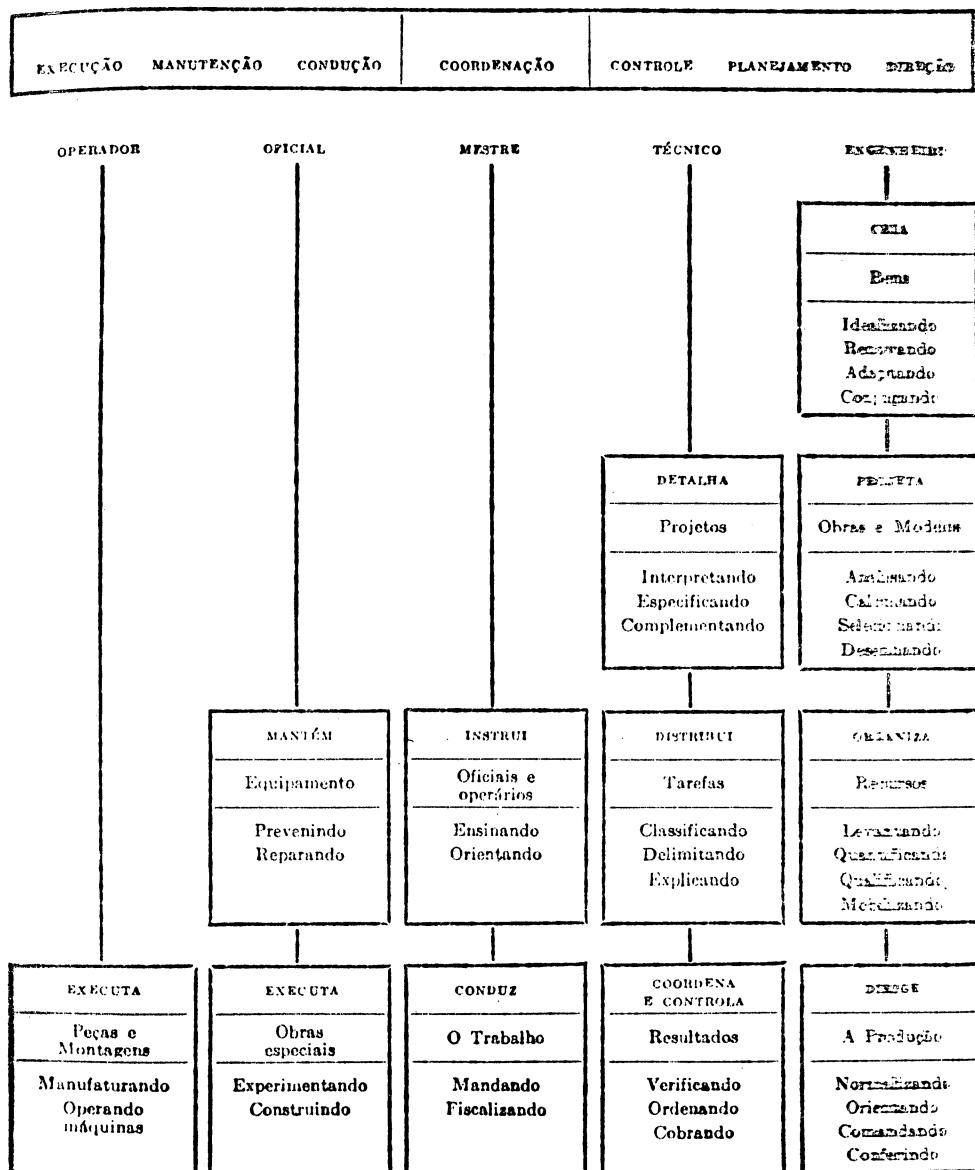
Como se nota, o cargo de técnico vem logo a seguir do engenheiro, conferindo-lhe um status funcional próximo ao mesmo, possuidor que é do nível de 3º grau, destacando-se na empresa com uma atividade profissional de controle e planejamento, portanto, de direção e numa hierarquia funcional de cinco escalões. O técnico se posiciona em quarto lugar.

Se fosse possível credenciar os jovens que concluem o segundo grau profissionalizante com um diploma ou certificado de técnico, e este título fosse reconhecido por nossos industriais,

3. VASCONCELOS, Pe. José de. Legislação fundamental: ensino de 1º e 2º graus. p. 139.

FIGURA 1

Funções das Categorias Profissionais na Produção



Fonte: Agnelo C. Vianna, *Educação Técnica*. MEC/DEI, Rio de Janeiro, 1970, p. 27.

o objetivo da lei em desviar parte dos educandos do caminho da universidade, para profissões definidas, teríamos de início alcançado o objetivo primeiro da Lei 5692.

A opção de status, com a formação profissional, objeto desta dissertação, seria uma realidade, se as instituições esco lares investissem em material, espaço físico e bons professores especializados. Era necessário, ainda, manterem convênios com as indústrias, para um estágio para os alunos do 2º grau. A expectativa de habilitação técnica estaria bem próxima dos concei tos teóricos aqui emitidos.

O posicionamento econômico, na empresa, seria pelos en tão egressos do 2º grau, em razão da performance profissional apresentada, uma vez que lhes foram administrados ensinamentos teóricos e práticos durante cinco anos, sendo dois anos no 1º grau e mais três anos no 2º grau, somando-lhe uma experiência prática para um estágio supervisionado.

Tal situação iria caracterizar uma terminalidade no 2º grau, e faria jus a uma posição funcional intermediária entre o engenheiro e o mestre oficial.

Tendo uma função específica, o técnico não vai conflitar com o mestre, tampouco com o engenheiro, suas funções no âmbito industrial seriam as seguintes, sumariando o quadro da página 39.

- a) Detalhar desenhos.
- b) Distribuir tarefas.
- c) Coordenar a produção e controlar resultados.

Explicação:

a) Detalhar desenhos, significa complementá-los nas partes significativas à execução dos mesmos. Como exemplo, podemos citar: O engenheiro cria o desenho e o entrega para o técnico: se necessário, faz os cálculos indispensáveis à sua complementação. Se o mesmo precisa ser reduzido ou ampliado em relação às exigências do mercado ou das máquinas com que irão trabalhar na sua confecção.

b) Distribuir tarefas: se o engenheiro organiza recursos na empresa industrial, o técnico as distribui ao mestre que os desenvolve. O papel do técnico nessa segunda fase do projeto, vai consistir em explicar ao mestre todos os detalhes de sua execução.

c) Coordenar e Controlar Resultados: É uma das raras importantes e finais, que exigem uma presença mais constante, nas linhas de produção, pois supõe-se que o engenheiro industrial não tenha essa disponibilidade de tempo. Ao repassar para o técnico, tem o mesmo de coordenar ou corrigir detalhes na sua execução. Controlar e, muitas vezes, modificar detalhes para adequar os resultados da produção.

3.5. REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE TÉCNICO INDUSTRIAL

A Regulamentação das tarefas ocupacionais do técnico, é uma instituição medieval das corporações de ofícios, as quais tinham, já, entre 1500-1700, antes da revolução industrial, fei

to uma constituição própria que determinava o espaço comercial e artesanal, tanto do mestre como do oficial, bem como traçava normas para admissão do aprendiz em suas oficinas.

No Brasil, esta regulamentação, segundo Luiz Antônio Rodrigues da Cunha, acha-se inserida na "*Lei de Regulamentação de 1968*" elaborada pelo Conselho Federal de Engenharia, que estabelece normas para o registro de técnico de grau médio e estabelece suas atribuições.⁴

Tais regulamentações seriam: conduzir trabalhos de sua especialidade, projetados e dirigidos por profissionais legalmente habilitados (de nível superior); projetar e dirigir trabalhos que não exijam responsabilidade de um engenheiro, desde que obtivessem autorização prévia do conselho e exercer a função de desenhista industrial ou civil, na sua especialidade; projetar e dirigir trabalhos de sua especialidade em pontos do território onde não houver engenheiros; exercer as funções de Auxiliar de Engenheiro nas repartições públicas, independentes de provas de habilitação.

Segundo o Conselho Federal de Engenharia, o técnico está vinculado ao engenheiro como seu auxiliar imediato, sendo que o conselho amplia mais as funções do mesmo, colocando-o no mesmo nível do engenheiro, nos locais onde o mesmo não se encontra.

4. CUNHA, Luiz Antonio Rodrigues. A profissionalização no ensino médio. Ed. Eldorado, Rio de Janeiro, 1972. p. 150-170.

Encontramos em outras atividades, como na indústria têxtil, que a programação e direção da produção é tradicionalmente confiada a técnicos e, na construção naval, barcos de madeira de pequeno porte, tanto o projeto como sua construção é confiada aos técnicos, sendo que algumas escolas litorâneas do Brasil, localizadas no nordeste, são as responsáveis pela normalização do ensino, nesta área.

Anterior à lei a que estamos nos referindo "5692, de 11 de agosto de 1971", a lei precedente, de nº 5524, de 5 de novembro de 1968, preocupava-se com a regulamentação da profissão de técnico industrial, baseando-se no Documento da Reunião de Consulta da Diretoria do Ensino Industrial, de 1963. O campo de atuação do técnico, que a lei prevê, é muito semelhante:

I. Conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade;

II. Prestar assistência técnica ao estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas;

III. Orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações;

IV. Dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados;

V. Responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos, compatíveis com a respectiva formação profissional.⁵

5. JUNIOR, Ernesto Luiz de Oliveira. Ensino técnico e industrial. Edições MEC-ISEB, Rio de Janeiro, 1969. p. 223.

Essa lei favorece o técnico industrial, quando o tira da supervisão do engenheiro, atribuindo-lhe uma autonomia de ação dentro da empresa, semelhante ao comportamento, também atribuído ao técnico no ambiente da indústria têxtil e, ainda, no artigo quarto da referida lei se enuncia: "os cargos de técnico industrial de nível médio, no serviço público federal, estadual ou municipal ou em órgãos dirigidos indiretamente pelo poder público, bem como na economia privada, somente serão exercidos por profissionais legalmente habilitados".

O artigo sob referência favorece os possuidores do título de técnico de segundo grau, dando-lhes uma prioridade ocupacional, a qual, na possibilidade de vir a ser criada uma entidade representativa de classe, do tipo associação ou mesmo sindicato, poderia fiscalizar esse espaço profissional que, na maioria das vezes, é exercido por pessoas não habilitadas, preservando, assim, uma quantidade considerável de empregos previstos em lei e, reforçando a tese defendida nesta dissertação, de uma conquista mais objetiva de status aos titulados do ensino médio.

3.6. O CRITÉRIO DIDÁTICO DA LEI 5692

O Art. 4º, § 3º da lei em questão, diz o seguinte: "para o ensino de segundo grau, o Conselho Federal de Educação fixará, além do núcleo comum, o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins".

Os exemplos são apresentados nas páginas seguintes, mostrando a preocupação do grupo de trabalho que elaborou a citada lei, em fornecer conteúdos teóricos, propedêuticos, formativos ao técnico de nível médio.

No § 4º, a lei menciona: "mediante aprovação do CFE, os estabelecimentos de ensino poderão oferecer outras habilitações profissionais para as quais não haja mínimos de currículos previamente estabelecidos por aquele órgão, assegurada a validade nacional dos respectivos estudos".

Este artigo da lei, estende os benefícios do ensino profissionalizante às localidades onde se verifica a necessidade de se ensinar alguma técnica nova, sem que se possa cumprir os currículos mínimos, como exemplo, poderíamos citar a formação de técnico em cerâmica; geralmente, nos locais onde existe matéria-prima para a fabricação de tijolos e telhas ou mesmo artesanal de barro, é freqüente a existência de olarias e, sendo uma técnica relativamente simples de ser passada para os aprendizes, necessitaria de um tempo mais curto, não sendo necessários os três anos de ensino teórico e prático, programados nos modelos aqui mostrados, bastando para isso que a escola informe o Conselho Federal de Educação da nova modalidade técnica de ensino, mostrando o plano de curso a ser seguido, o número de horas-aula, teóricas e práticas, local, nome e qualificação profissional dos professores envolvidos, bem como a maneira de aprovação dos novos técnicos. No informe, também deve constar uma justificativa do ensino em relação ao mercado de trabalho da região.

CURRÍCULO MÍNIMO

HABILITAÇÃO: Técnico em secretariado

74 Créditos — 2.220 Horas

1.º

NÚCLEO COMUM	EDUCAÇÃO GERAL	→		FORMAÇÃO ESPECIAL	
		C	H	C	H
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	Língua e Literatura Nacional			Redação e Expressão	
	Língua Estrangeira			Mecanografia	
	Educação Artística	12	360	Secretariado	20 600
ESTUDOS SOCIAIS	Geografia			Estudos Regionais	
	História			Direito e Legislação	
	Educação Moral e Cívica			Organização e Técnica Comercial	
	Organização Social e Política do Brasil	10	300		7 210
CIÊNCIAS	Matemática			Estatística	
	Ciências			Processamento de Dados	
		6	180	Programas de Saúde	
				Psicologia	10 300
EDUCAÇÃO FÍSICA					
9 Créditos — 270 Horas					

CURRÍCULO MÍNIMO

HABILITAÇÃO: Técnico em contabilidade

80 Créditos — 2.400 Horas

2.º

NÚCLEO COMUM	EDUCAÇÃO GERAL	→		FORMAÇÃO ESPECIAL	
		C	H	C	H
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	Língua e Literatura Nacional			Redação e Expressão	
	Língua Estrangeira			Mecanografia	
	Educação Artística	12	360		9 270
ESTUDOS SOCIAIS	Geografia			Estudos Regionais	
	História			Economia e Mercados	
	Educação Moral e Cívica			Direito e Legislação	
	Organização Social e Política do Brasil	10	300	Organização e Técnica Comercial	12 360
CIÊNCIAS	Matemática			Estatística	
	Ciências			Processamento de Dados	
		6	180	Contabilidade e Custos	
				Programas de Saúde	22 660
EDUCAÇÃO FÍSICA					
9 Créditos — 270 Horas					

CURRÍCULO MÍNIMO

HABILITAÇÃO: Técnico em publicidade

80 CRÉDITOS – 2.400 HORAS

3.º

NÚCLEO COMUM	EDUCAÇÃO GERAL			FORMAÇÃO ESPECIAL		
		C	H			
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	Língua e Literatura Nacional			Redação e expressão		
	Língua Estrangeira			Mecanografia		
	Educação Artística	C 12	H 360	Publicidade	C 20	H 600
ESTUDOS SOCIAIS	Geografia					
	História			Estudos Regionais		
	Educação Moral e Cívica			Economia e Mercados		
CIÊNCIAS	Organização Social e Política do Brasil	C 10	H 300		C 6	H 180
	Matemática			Estatística		
	Ciências	C 6	H 180	Processamento de Dados		
				Desenho		
				Psicologia		
				Programas de Saúde	C 17	H 510
EDUCAÇÃO FÍSICA						
9 Créditos – 270 Horas						

CURRÍCULO MÍNIMO

HABILITAÇÃO: Assistente de administração

74 CRÉDITOS – 2.220 HORAS

4.º

NÚCLEO COMUM	EDUCAÇÃO GERAL			FORMAÇÃO ESPECIAL		
		C	H			
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	Língua e Literatura Nacional					
	Língua Estrangeira			Redação e Expressão		
	Educação Artística	C 12	H 300	Mecanografia	C 7	H 210
ESTUDOS SOCIAIS	Geografia			Estudos Regionais		
	História			Economia e Mercados		
	Educação Moral e Cívica			Direito e Legislação		
CIÊNCIAS	Organização Social e Política do Brasil	C 10	H 300	Administração	C 16	H 480
	Matemática			Estatística		
	Ciências	C 6	H 180	Processamento de Dados		
				Contabilidade e custos		
				Programas de Saúde		
				Psicologia		
EDUCAÇÃO FÍSICA						
9 Créditos – 270 Horas						

CURRÍCULO MÍNIMO

HABILITAÇÃO: Técnico em estatística

78 CRÉDITOS – 2.340 HORAS

5.º

NÚCLEO COMUM	EDUCAÇÃO GERAL		FORMAÇÃO ESPECIAL			
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	Língua e Literatura Nacional					
	Língua Estrangeira					
	Educação Artística	C 12	H 300	Redação e Expressão Mecanografia	C 6	H 270
ESTUDOS SOCIAIS	Geografia					
	História					
	Educação Moral e Cívica			Estudos Regionais		
	Organização Social e Política do Brasil	C 10	H 300	Economia e Mercados	C 6	H 180
CIÊNCIAS	Matemática					
	Ciências	C 6	H 180	Estatística Processamento de Dados Desenho Programas de Saúde	C 28	H 780
EDUCAÇÃO FÍSICA						
9 Créditos – 270 Horas						

CURRÍCULO MÍNIMO

HABILITAÇÃO: Técnico em enfermagem

83 CRÉDITOS – 2.490 HORAS

6.º

NÚCLEO COMUM	EDUCAÇÃO GERAL		FORMAÇÃO ESPECIAL			
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	Língua e Literatura Nacional					
	Língua Estrangeira					
	Educação Artística	C 12	H 360	Redação e Expressão	C 6	H 180
ESTUDOS SOCIAIS	Geografia					
	História					
	Educação Moral e Cívica			Estudos Regionais		
	Organização Social e Política do Brasil	C 10	H 300	Organização	C 6	H 180
CIÊNCIAS	Matemática					
	Ciências	C 12	H 360	Fundamentos de Enfermagem Enfermagem Médica Enfermagem Cirúrgica Enfermagem Materno-Infantil Enfermagem Neuropsiquiátrica Psicologia e Ética	C 28	H 840
EDUCAÇÃO FÍSICA						
9 Créditos – 270 Horas						

CURRÍCULO MÍNIMO

HABILITAÇÃO: Redator auxiliar

74 CRÉDITOS - 2.220 Horas

7.º

NÚCLEO COMUM	EDUCAÇÃO GERAL			FORMAÇÃO ESPECIAL	
		→	→		
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	Língua e Literatura Nacional			Redação e Edição	
	Língua Estrangeira			Teoria e Técnica da Comunicação	
	Educação Artística	C 12	H 360	Mecanografia	
ESTUDOS SOCIAIS	Geografia			Psicologia das Relações Humanas e Ética	
	História			C 25	H 750
	Educação Moral e Cívica			Estudos Regionais	
CIÊNCIAS	Organização Social e Política do Brasil	C 10	H 300	História dos Meios de Comunicação	
	Matemática			Problemas Sociais e Econômicos Contemporâneos	
	Ciências	C 6	H 180	C 10	H 300
EDUCAÇÃO FÍSICA					
9 Créditos - 270 Horas					

CURRÍCULO MÍNIMO

HABILITAÇÃO: Técnico em agricultura

97 CRÉDITOS - 2.910 Horas

8.º

NÚCLEO COMUM	EDUCAÇÃO GERAL			FORMAÇÃO ESPECIAL	
		→	→		
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	Língua e Literatura Nacional			Redação e Expressão	
	Língua Estrangeira			C 7	H 210
	Educação Artística	C 12	H 360		
ESTUDOS SOCIAIS	Geografia			Estudos Regionais	
	História			Administração e Economia Rural	
	Educação Moral e Cívica				
CIÊNCIAS	Organização Social e Política do Brasil	C 8	H 240	C 4	H 120
	Matemática			Desenho e Topografia	
	Ciências	C 18	H 540	Construções e Instalações Agricultura Zootecnia Irrigação e Drenagem Culturas Programas de Saúde	
EDUCAÇÃO FÍSICA					
9 Créditos - 270 Horas					

CURRÍCULO MÍNIMO

HABILITAÇÃO: Técnico em eletrotécnica

98 CRÉDITOS - 2.940 HORAS

9.º

NÚCLEO COMUM	EDUCAÇÃO GERAL			FORMAÇÃO ESPECIAL	
		C	H	C	H
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	Língua e Literatura Nacional			Redação e Expressão	
	Língua Estrangeira				
	Educação Artística	12	360		5 150
ESTUDOS SOCIAIS	Geografia			Estudos Regionais	
	História				
	Educação Moral e Cívica				
	Organização Social e Política do Brasil	8	240		4 120
CIÊNCIAS	Matemática			Desenho Eletricidade Mecânica Máquinas e Instalações Programas de Saúde	
	Ciências	18	540		41 1260
EDUCAÇÃO FÍSICA		9 Créditos - 270 Horas			

CURRÍCULO MÍNIMO

HABILITAÇÃO: Técnico em eletrônica

97 CRÉDITOS - 2.910 HORAS

10.º

NÚCLEO COMUM	EDUCAÇÃO GERAL			FORMAÇÃO ESPECIAL	
		C	H	C	H
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	Língua e Literatura Nacional			Redação e Expressão	
	Língua Estrangeira				
	Educação Artística	12	360		5 150
ESTUDOS SOCIAIS	Geografia			Estudos Regionais Organização e Normas	
	História				
	Educação Moral e Cívica				
	Organização Social e Política do Brasil	8	240		4 120
CIÊNCIAS	Matemática			Desenho Eletricidade Eletrônica Análise de Circuitos Programas de Saúde	
	Ciências	18	540		41 1230
EDUCAÇÃO FÍSICA		9 Créditos - 270 Horas			

CURRÍCULO MÍNIMO

HABILITAÇÃO: Técnico em mecânica

97 CRÉDITOS — 2.910 HORAS

11.

NÚCLEO COMUM	EDUCAÇÃO GERAL	→	FORMAÇÃO ESPECIAL
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	Língua e Literatura Nacional Língua Estrangeira Educação Artística		Redação e Expressão
		C H 12 360	C H 5 150
ESTUDOS SOCIAIS	Geografia História Educação Moral e Cívica Organização Social e Política do Brasil		Estudos Regionais Organização e Normas
		C H 8 240	C H 4 120
CIÊNCIAS	Matemática Ciências		Desenho Eletrociadade Mecânica Produção Mecânica Programas de Saúde
		C H 18 540	C H 41 1230
EDUCAÇÃO FÍSICA			
9 Créditos — 270 Horas			

CURRÍCULO MÍNIMO

HABILITAÇÃO: Técnico em química

97 CRÉDITOS — 2.910 HORAS

12.

NÚCLEO COMUM	EDUCAÇÃO GERAL	→	FORMAÇÃO ESPECIAL
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	Língua e Literatura Nacional Língua Estrangeira Educação Artística		Redação e Expressão
		C H 12 360	C H 5 150
ESTUDOS SOCIAIS	Geografia História Educação Moral e Cívica Organização Social e Política do Brasil		Estudos Regionais Organização e Normas
		C H 8 240	C H 4 120
CIÊNCIAS	Matemática Ciências		Fisicoquímica Química Inorgânica Química Orgânica Análise Química Operações Unitárias Processos Industriais Corrosão Programas de Saúde
		C H 18 540	C H 41 1230

No Art. 5º, § 1º, refere-se ainda; observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que:

- a) no ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominante nas finais;
- b) no ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial.

No § 2º do mesmo artigo, discorre-se sobre a formação especial do currículo:

- a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de primeiro grau, e de habilitação profissional, no ensino de segundo grau;
- b) será fixada, quando se destine à iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados.

Terá como prioridade, no primeiro grau, uma sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho e, no segundo grau, prevalece a idéia de terminalidade, com o objetivo de dar ao jovem uma habilitação profissional. Este é o entendimento deste parágrafo da lei.

Na pesquisa realizada em vinte escolas de primeiro grau, da capital, localizadas na zona urbana e, também, nas periferias, constatou-se a seguinte realidade:

Os colégios particulares funcionam, em sua maioria, com turmas mistas e não há oferta de disciplinas específicas para as moças; e oferecem como matérias profissionalizantes:

7.ª Série:

Técnicas Industriais - 1 hora-aula por semana.

Desenho Geométrico - 1 hora-aula por semana.

Datilografia - 30 horas-aula no semestre, funcionando com convênios nas escolas de datilografia da capital, correndo as despesas por conta do aluno, isto é, fora do carnê de mensalidades.

8.ª Série:

Técnicas Comerciais - 1 hora-aula por semana.

Desenho Geométrico - 1 hora-aula por semana.

Datilografia - 30 horas por semestre, sendo que, no final do curso de 120 horas-aula, é fornecido pela escola um certificado de conclusão de curso, na expectativa de que venha a ser aceita pelos empresários por ocasião da procura do emprego.

No entanto, dos dez colégios pesquisados, três não exigem que o aluno faça o curso de datilógrafo, mantendo como obrigatóriedade, somente as disciplinas exigidas pelo Conselho Federal de Educação:

Técnica Comercial;

Técnica Industrial;

Desenho Geométrico.

Não havendo sondagem de aptidão numa interpretação técnica, há, segundo os diretores entrevistados, uma sondagem feita pelos professores e coordenadores, dirigida aos alunos que mais se destacaram nas matérias ofertadas. Entretanto observou-se que os mesmos se esquivaram de mostrar a existência de documentos que registram tais trabalhos.

A justificativa dos entrevistados é a de que seria oneroso e que os colégios não suportam mais essa carga orçamentária para manter um gabinete de psicologia para fazer-se uma sondagem técnica.

Nos colégios ou escolas de primeiro grau, mantidas pelo governo estadual, foi encontrada uma diferença significativa entre as escolas que funcionam na periferia e as centrais, em relação à oferta das disciplinas.

NOTAS DE REFERÊNCIA

1. CARDOSO, Fernando Henrique. Proletariado no Brasil, situação e comportamento social. São Paulo, 1962. p. 80-90.
2. BREJON, Moysés. Racionalização do ensino industrial no Brasil. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1962. p. 110-113.
3. VASCONCELOS, Pe. José de. Legislação fundamental: ensino de 1º e 2º graus. p. 139.
4. CUNHA, Luiz Antonio Rodrigues. A profissionalização no ensino médio. Ed. Eldorado, Rio de Janeiro, 1972. p. 150-170.
5. JUNIOR, Ernesto Luiz de Oliveira. Ensino técnico e industrial. Edições MEC-ISEB, Rio de Janeiro, 1969. p. 223.

CAPÍTULO IV

PESQUISA DE CAMPO

4.1. A AMOSTRA

Na maioria dos casos, os colégios da Capital optam por um, dois ou três cursos profissionalizantes, escolhendo-os entre as três áreas existentes: Biológica, Tecnológica e Humanística, subdividindo-as em disciplinas anuais que vão compor cada curso nas três séries que correspondem ao ensino de Segundo Grau, distribuindo seus conteúdos e objetivos nas duas horas semanais determinadas por lei.

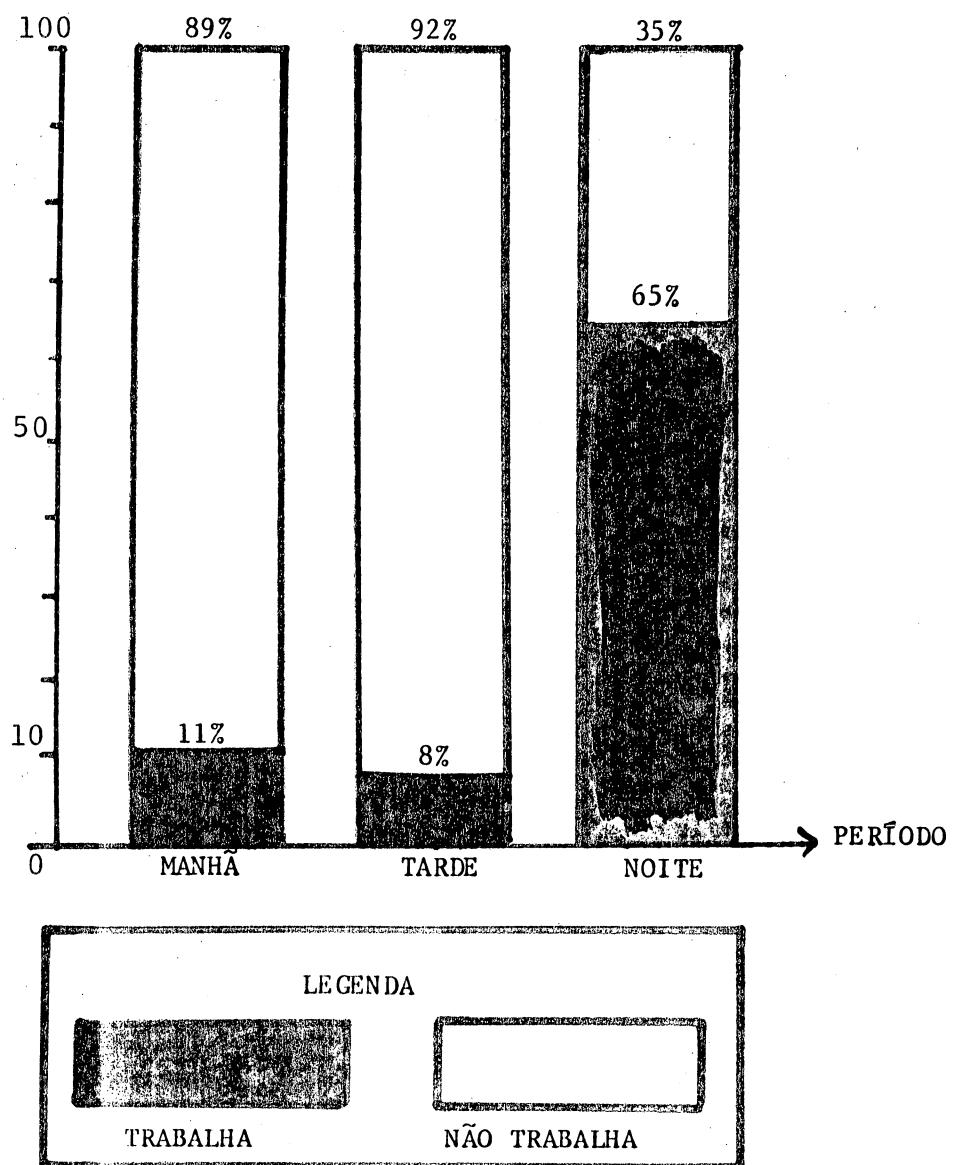
Em Curitiba, o maior colégio, também do Estado, é o Colégio Estadual do Paraná, que trabalha com o maior número de alunos. Atualmente, com 4162 alunos, funcionando nos três períodos: manhã com 1.166 alunos, tarde com 1.088 alunos e à noite com 1.908 alunos. Nos três períodos os cursos são mistos.

Pela presença numérica destes alunos e a importância do Colégio no âmbito do ensino no Estado, hoje reconhecido pela sua excelente qualidade no seu aspecto pedagógico, a pesquisa

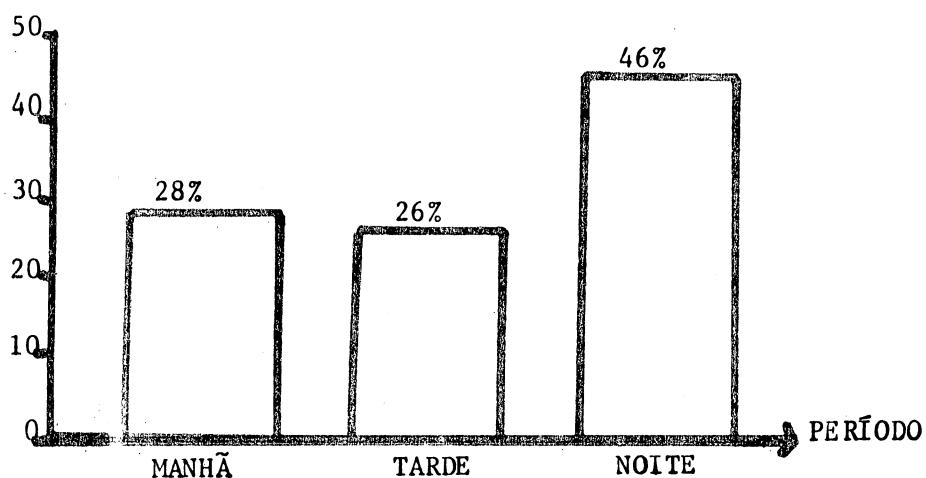
de campo concentrou-se em seu interior, embora não se desprezassem informações colhidas de outros estabelecimentos de ensino.

Inicialmente, procurou-se saber nos três períodos, quantos alunos trabalhavam e, obteve-se os seguintes dados:

Você trabalha?



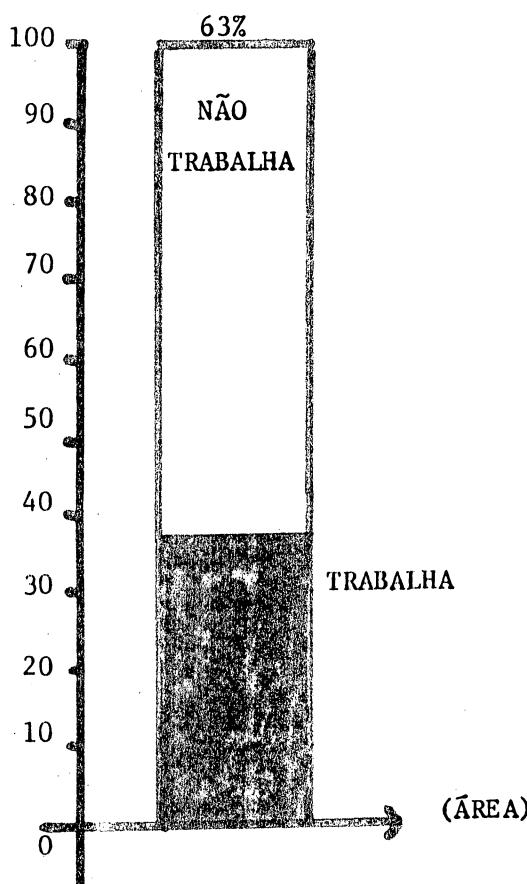
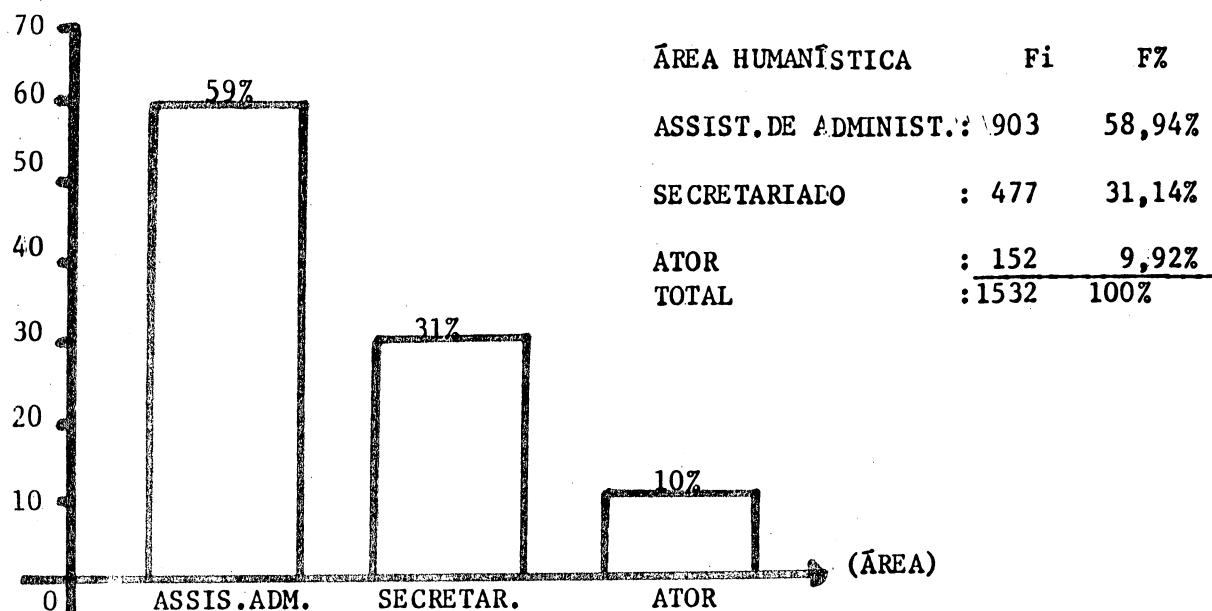
TRABALHA PELA:	Fi	F%
Manhã:	1166	28,02%
Tarde:	1088	26,14%
Noite:	<u>1908</u>	<u>45,84%</u>
TOTAL:	4162	100%

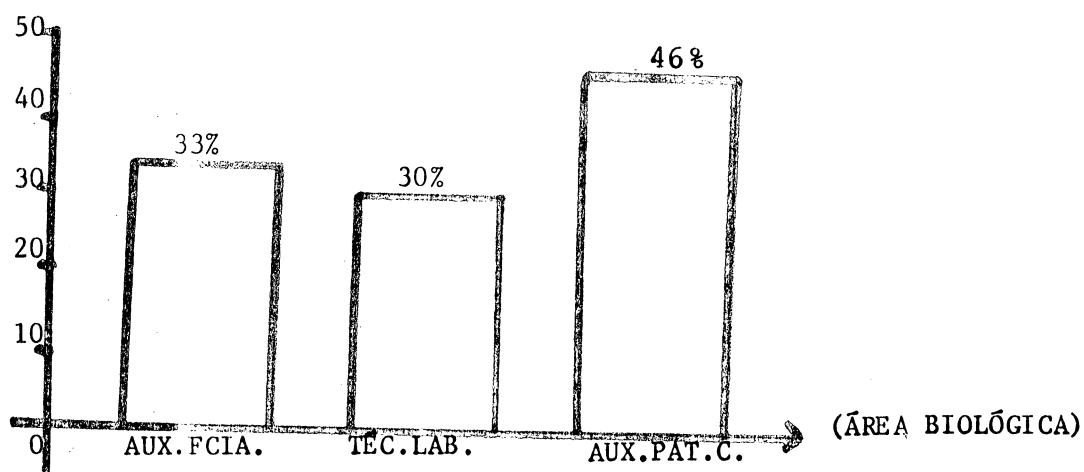


No período da manhã, dos 1166 alunos entrevistados, 128 deles (11%) revelaram que trabalham pela parte da tarde em casas comerciais, geralmente de propriedade de parentes, exercendo atividades de balcunistas, "office-boys" e mesmo de aprendizes em pequenas oficinas e somente 32 deles disseram que trabalham no período da tarde, em tarefas relacionadas com seus cursos profissionalizantes.

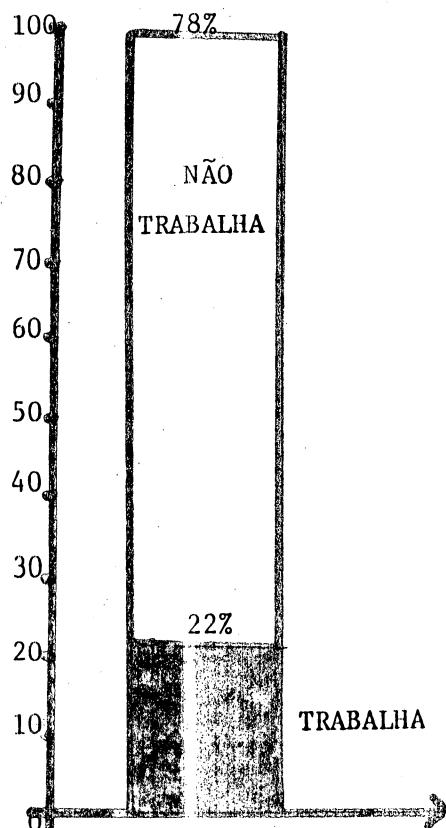
No período da tarde, o Colégio atende 1.088 alunos, sendo que apenas 88 (8%) responderam que trabalham ou exercem alguma atividade profissional pelo período matinal. Destes 23 alunos tem suas funções relacionadas com o que estudam profissionalmente.

No período noturno, pelas características da clientela, mais adulta, muitos casados, observou-se que a maioria trabalha e os poucos sem ocupação é em decorrência do desemprego que atualmente assola o país. Dos 1908 alunos consultados, trabalham atualmente 1240, dos quais 520 em profissões correlatas do que aprendem nos bancos escolares. Os gráficos nos mostram estes resultados distribuídos por áreas e cursos.



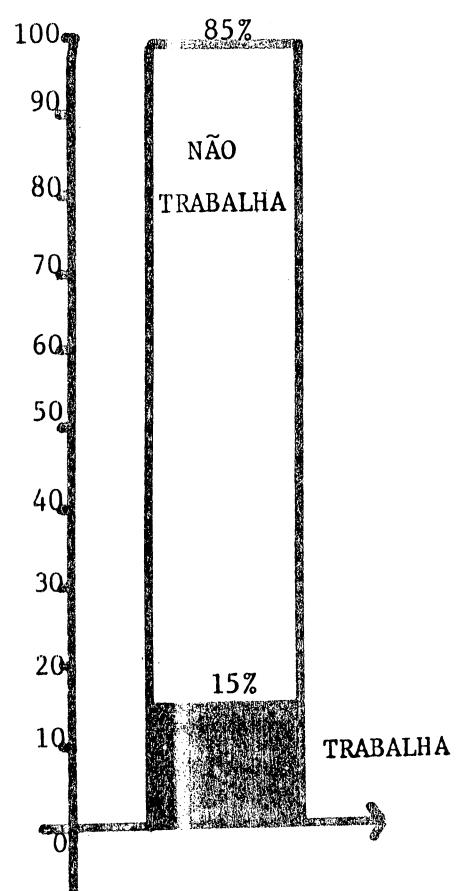
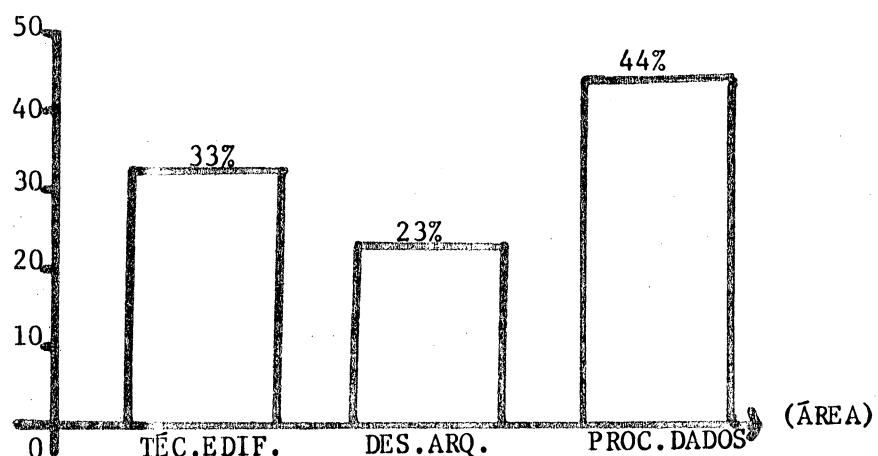


ÁREA BIOLÓGICA:	Fi	F%
AUX. DE FARMÁCIA:	448	33,18%
TÉCNICO LAB.ODONT.	404	29,93%
AUX. PATOLOGIA CL.	<u>498</u>	<u>36,89%</u>
TOTAL	1350	100%



ÁREA TECNOLÓGICA:	F _i	F%
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	421	32,89%
DESENHO ARQUITETÔNICO	297	23,20%
PROCESSAMENTO DE DADOS	<u>562</u>	<u>43,91%</u>
TOTAL	1280	100%

62



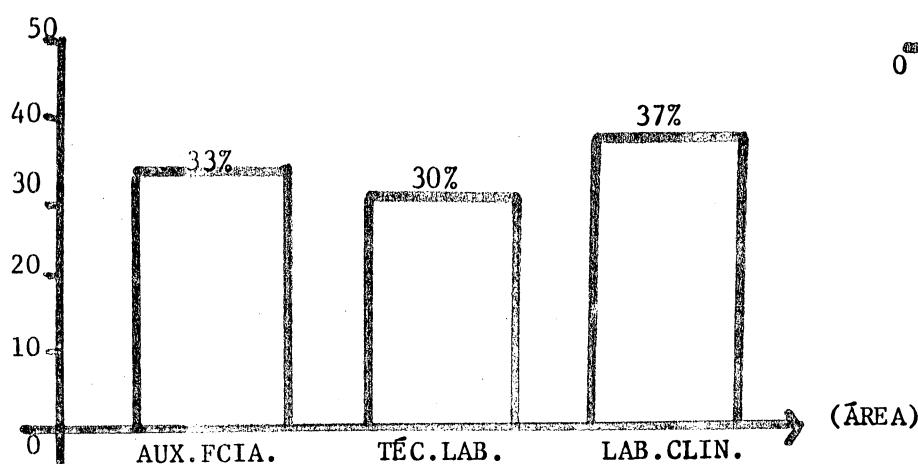
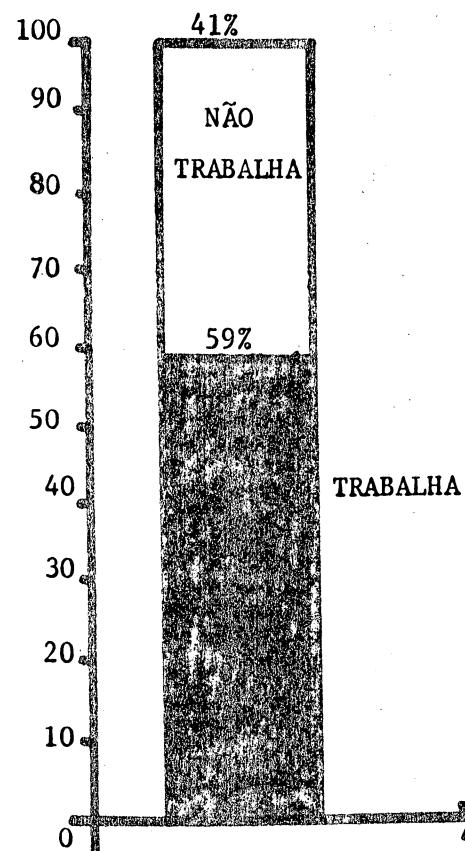
4.2. RELAÇÃO DE CONFORMIDADE - CURSO E COMPORTAMENTO INDIVIDUAL

Um dos objetivos da pesquisa foi o de constatar a conformidade de comportamento do indivíduo com o curso profissionalizante que está fazendo. O grau de satisfação foi obtido através da pergunta objetiva, se você escolheu espontaneamente o curso que está fazendo.

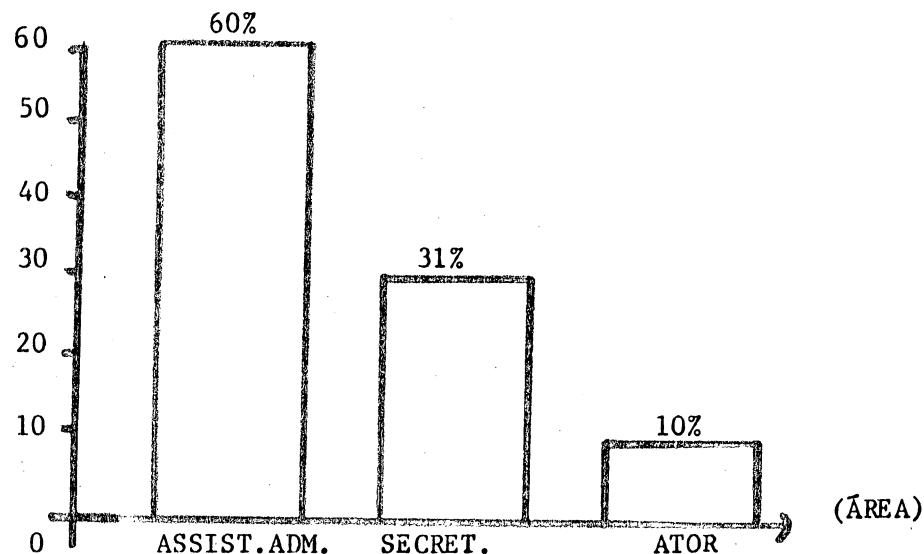
() Sim () Não , em caso negativo porquê.

RELAÇÕES DE CONFORMIDADE

ÁREA BIOLÓGICA	Fi	F%
AUX. DE FARMÁCIA	448	33,18%
TÉC. DE LAB. ODONTOLÓGICO	404	29,93%
LAB. PAT. CLÍNICO	<u>498</u>	<u>36,89%</u>
TOTAL	1350	100%

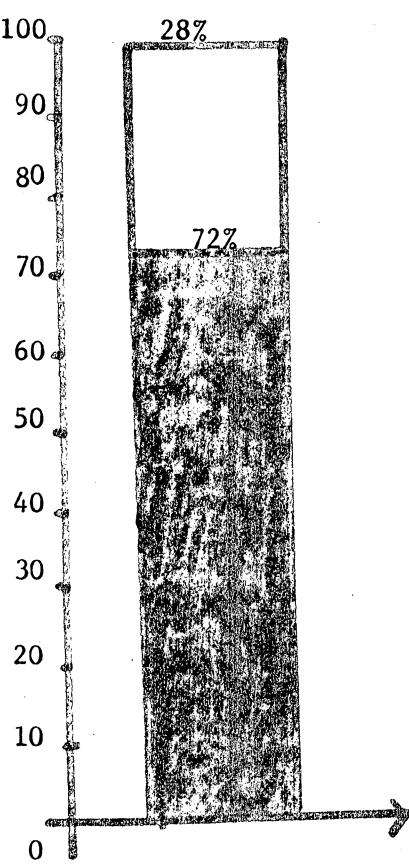


Na Área Biológica houve um engajamento de 59% dos 1350 alunos entrevistados contra 41% de alunos que demonstraram não estarem adaptados com o curso que fazem.

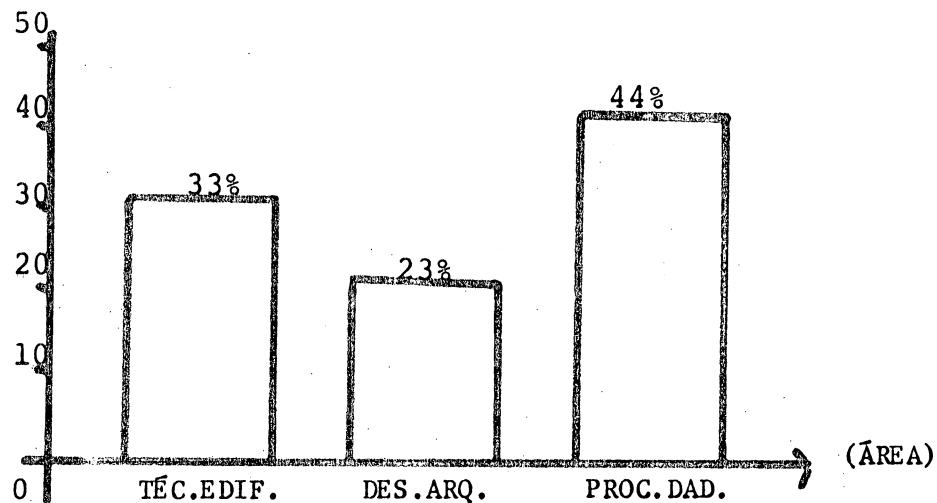


RELACIONES DE CONFORMIDADE

ÁREA HUMANÍSTICA	Fi	F%
ASSIST. ADMINISTRAÇÃO	903	58,94%
SECRETARIADO	477	31,14%
ATOR	152	9,92%
TOTAL	1532	100%

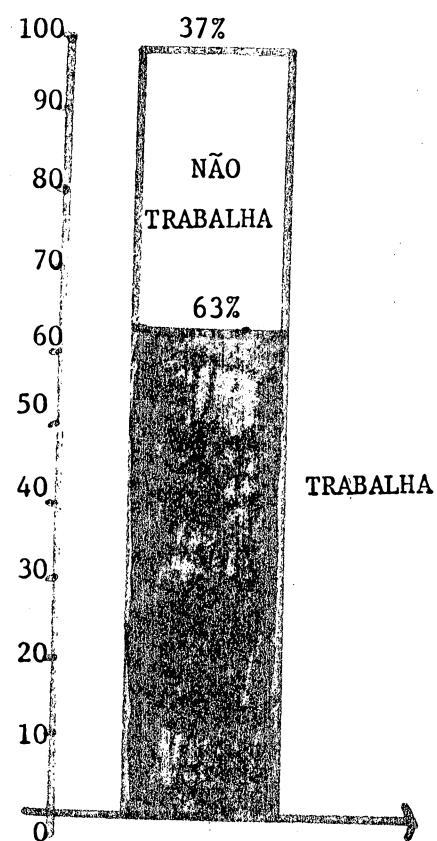


Na área Humanística com 1532 alunos, já se obteve 72% de alunos que demonstraram estarem adaptados com o curso, enquanto que 28% deles revelaram não gostar do que fazem.



RELAÇÕES DE CONFORMIDADE

ÁREA TECNOLÓGICA:	Fi	F%
TÉC. EDIFICAÇÕES	421	32,89%
DES. ARQUITETÔNICO	297	23,20%
PROC. DE DADOS	<u>562</u>	<u>43,91%</u>
TOTAL	1280	100%



Na Área Tecnológica com 1298 alunos, 63% deles manifestaram-se positivamente, enquanto que 37% admitiram que estão dispostos a mudar de curso ou não exercê-lo.

Os motivos que os entrevistados alegaram para não gostarem do que cursam, estão assim distribuídos:

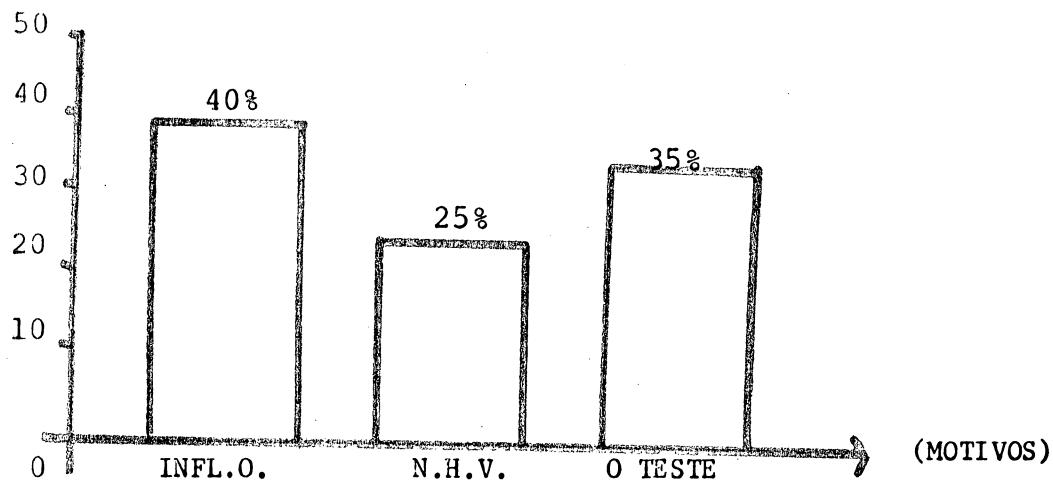
- Foi influência de outras pessoas.
- Não havia mais vaga no curso pretendido.
- O teste deu isto, e não o que eu queria.
- Queria outro mas o Colégio não oferece.
- Poucas opções de escolha.

Fatores estes que vão propiciar um desequilíbrio entre a procura e a oferta de bons profissionais, motivado desta vez não por deficiência do sistema educacional, mas por falta de maturidade do aluno adolescente e muitas vezes pelo próprio adulto.

4.3. NÃO CONFORMIDADE FUNCIONAL COM O CURSO PROFISSIONALIZANTE

Um dos problemas de difícil solução não só no Brasil, mas em todos os países, mesmo os desenvolvidos, é ajustar o que o indivíduo quer ou estuda com as oportunidades de trabalho.

Neste item da pesquisa obteve-se os seguintes resultados:



Relações de Não Conformidade:/Comport.

- Influência de Outros: 40%
- Não Havia Valor: 25%
- O Teste deu Isto: 35%
- Não Gostei : -
- Poucas Opções: -
- Queria Outro: -

TOTAL

100%

Área Humanística:

Dos 1103 alunos que trabalham, 308 deles revelaram não estar trabalhando no mesmo ramo, exercendo atividades profissionais paralelas.

Área Biológica:

Dos 896 alunos que exercem alguma profissão, 133 deles estão fora do ramo profissionalizante.

Área Tecnológica:

Dos 480 alunos que trabalham, 124 deles declararam que o fazem distantes do que estudam.

Estes dados obtidos nos levam às seguintes conclusões:

1.^a - O aluno, trabalhando fora do curso profissional, se desestimula gradativamente com o seu estudo e, suas observações práticas, sendo paralelas ao que estuda, não irão contribuir para um feedback construtivo.

2.^a - As próprias oportunidades de promoção que normalmente decorrem no ambiente empresarial, sendo distantes do que o aluno estuda, distancia-o não só do curso como também das especializações possíveis.

3.^a - As queixas dos alunos registradas nas entrevistas, do tipo:

- Não trabalho no mesmo ramo.
- O curso não tem nada de interessante.
- O curso é ultrapassado.
- O curso é decepcionante.
- Só há teorias e nada de prática.

Revelam que nestes casos existe uma distância muito grande entre professor e aluno e o programa disciplinar do curso e, que tais seriam amenizadas se os jovens trabalhassem em empregos vinculados ao curso profissionalizante.

Conformidade/Adaptação do aluno com seu curso profissionalizante:

No entanto, um número maior de entrevistados, 74% dos alunos que declararam estar trabalhando, responderam que o curso que fazem foi positivo em relação ao emprego ocupado. Por ordem de área obteve-se os seguintes dados:

Área Humanística, 1103 trabalham - 795 responderam positivo.

Área Tecnológica, 480 trabalham - 356 responderam positivo.

Área Biológica, 896 trabalham 763 responderam positivamente.

Por ordem de preferência nas opções objetivas, os alunos responderam:

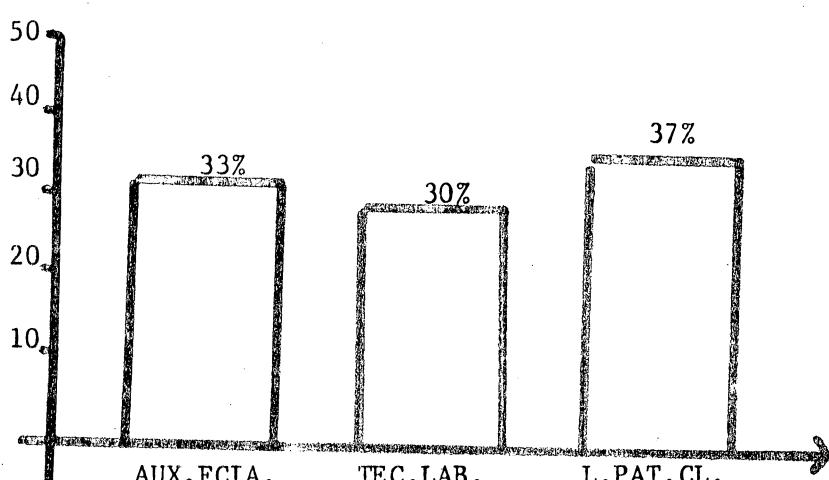
1º - Adquiri segurança no meu emprego.

2º - Agora sou mais respeitado.

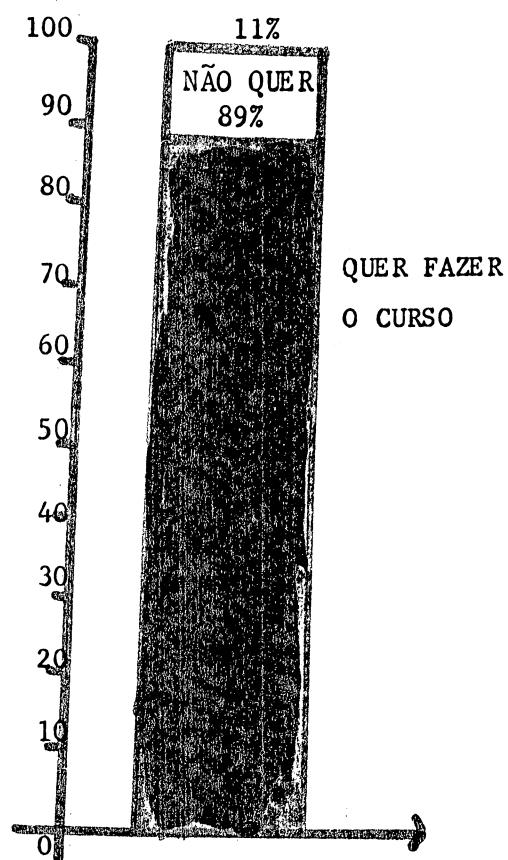
3º - Possibilitou a mudança para um emprego melhor.

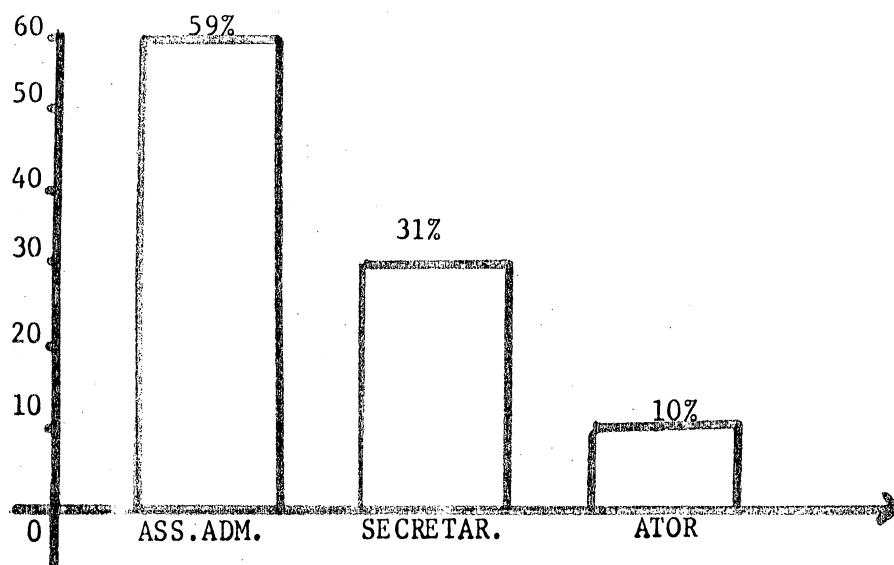
4º - Ajudou-me na admissão.

5º - Passei a ganhar mais.

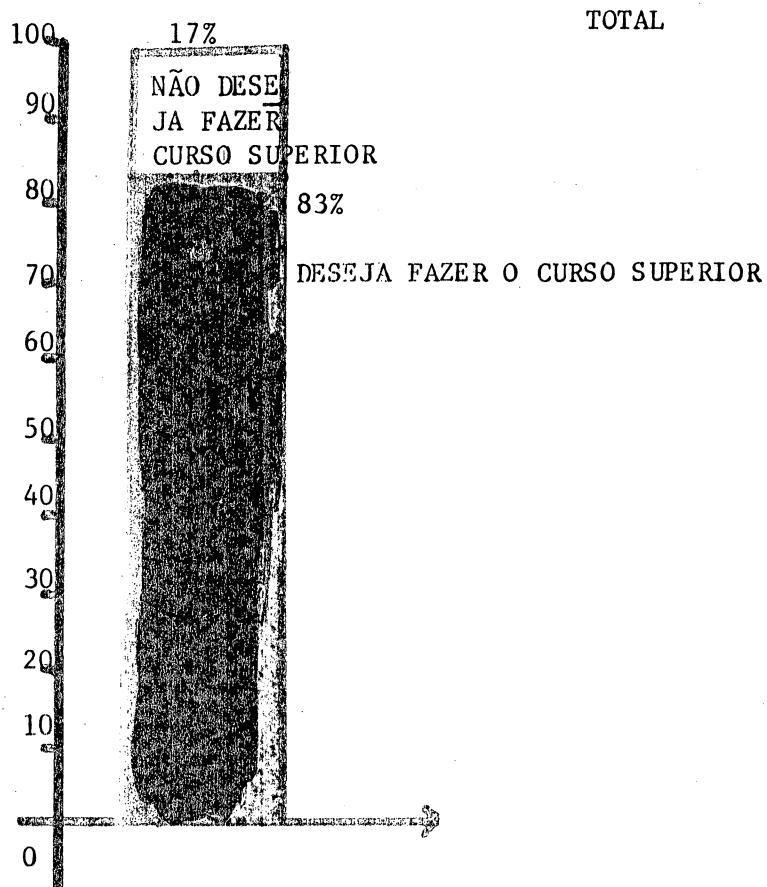


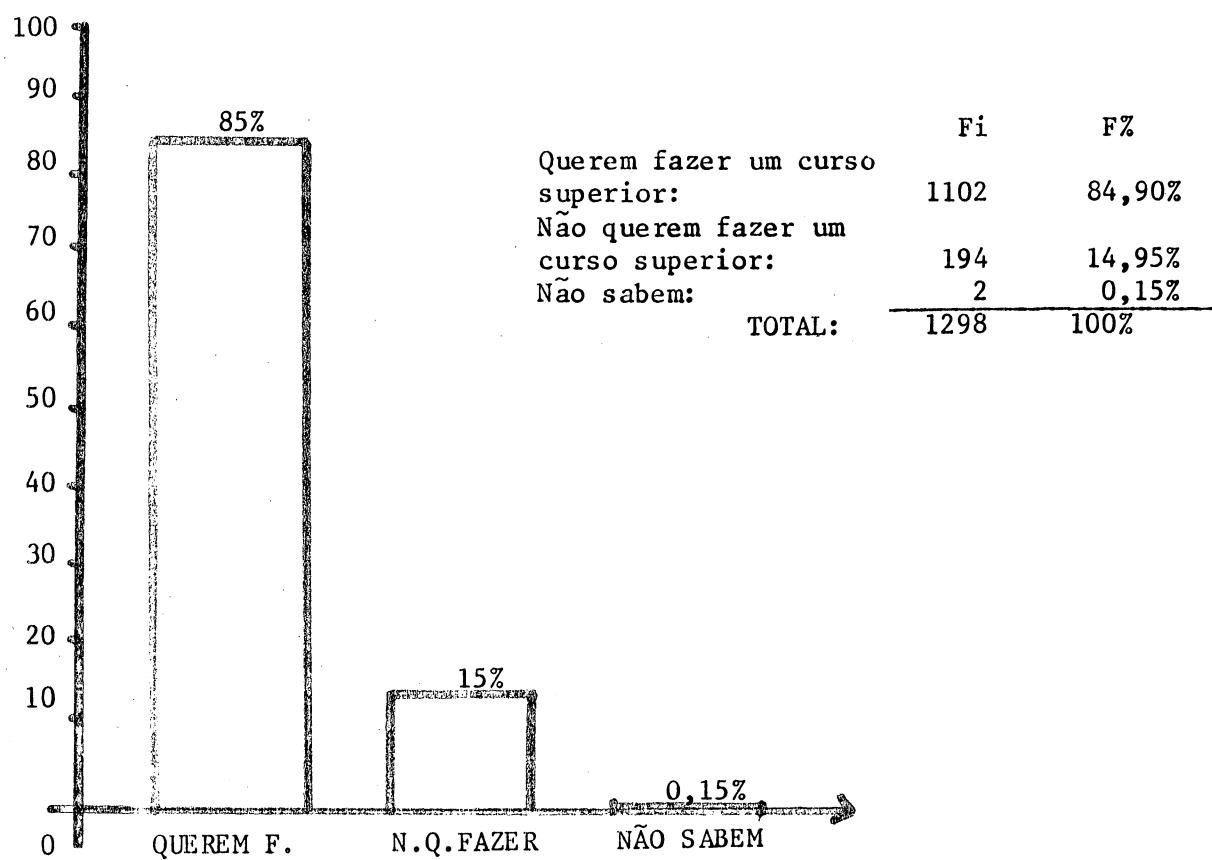
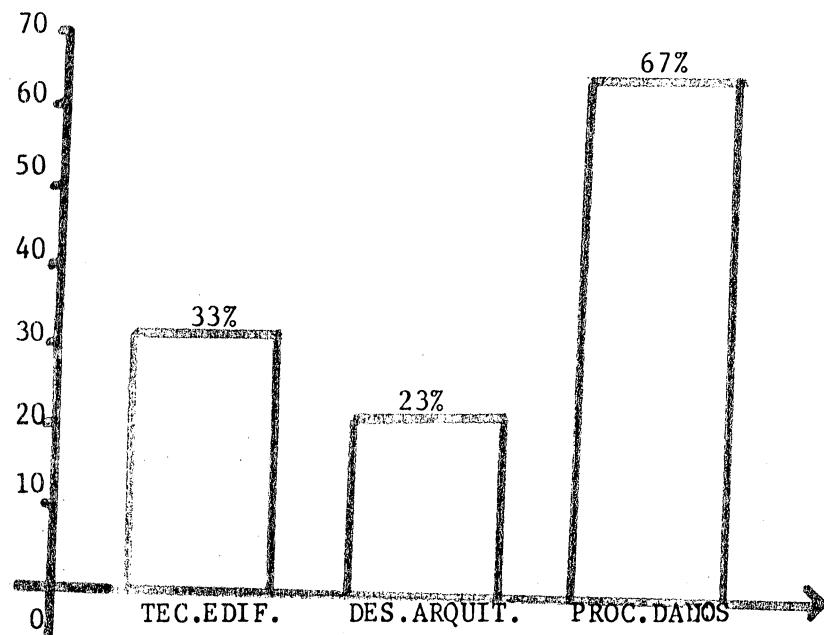
	Fi	F%
ÁREA BIOLÓGICA		
AUX. DE FARMÁCIA	448	33,18%
TEC. LAB. ODONTL.	404	29,93%
LAB. PATOL. CLÍNICA	498	36,89%
TOTAL	1350	100%





ÁREA HUMANÍSTICA	Fi	F%
ASSIST. ADMINISTRAÇÃO	903	58,94%
SECRETARIADO	473	30,87%
ATOR	156	10,18%
TOTAL	1532	100%





Sendo um número significativo de alunos que responderam positivamente a respeito da validade dos citados cursos, quando inseridos no Segundo Grau, não se pode pensar em extingui-los, conforme é a opinião de muitos, mas, sim, melhorá-los e dar-lhes condições de uma formação técnica e não simplesmente noções profissionalizantes, conforme já se pode notar pelo que já foi exposto.

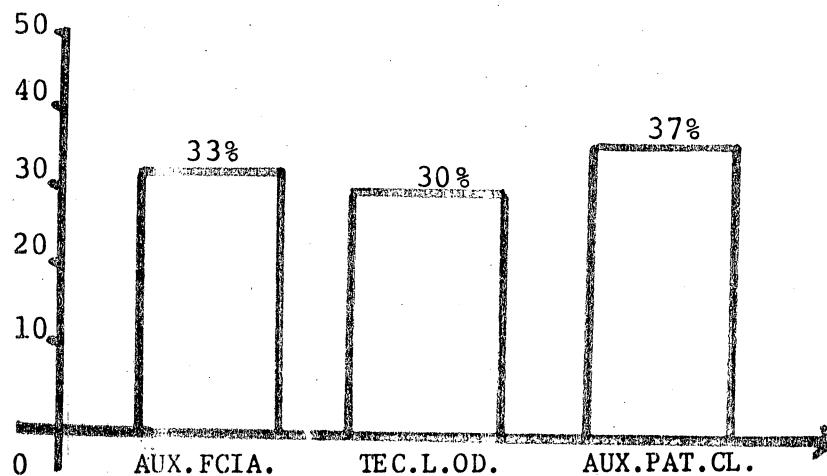
4.4. A IDÉIA DA TERMINALIDADE SEGUNDO A LEI 5692

A opinião que o Curso de Segundo Grau oferece condições de competitividade no mercado de trabalho é muito remota, pelo menos entre os estudantes da Capital, conforme bem demonstra o resultado da entrevista nas diversas áreas pesquisadas.

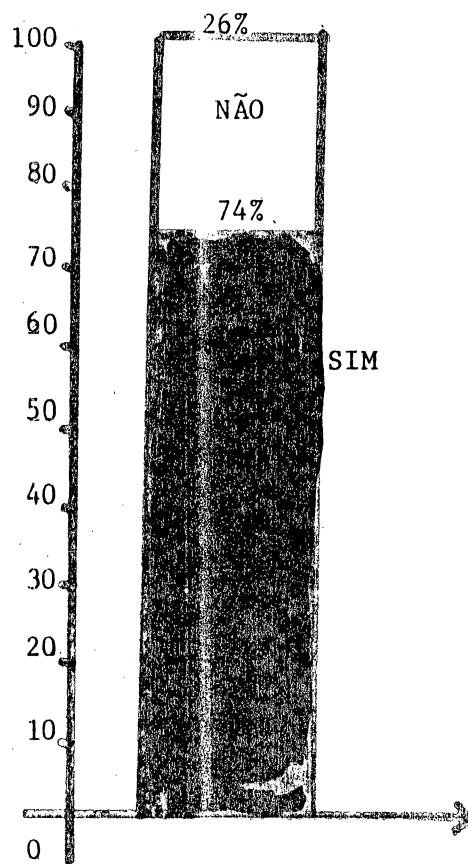
Conforme o resultado da pesquisa, a maioria dos alunos revelou o desejo de continuar os estudos, embora na capital o fenômeno seja explicado em virtude da presença de inúmeras faculdades funcionando nos três períodos e a presença de duas universidades. No entanto, no próprio vestibular anual da Universidade Federal do Paraná, o número de candidatos é superado e a presença de jovens oriundos de cidades do interior e de outros estados é cada vez mais significativo, fatos que comprovam a ausência do sentido da terminalidade na conclusão do Segundo Grau, pelo menos nos critérios em que o mesmo vem sendo ministrado.

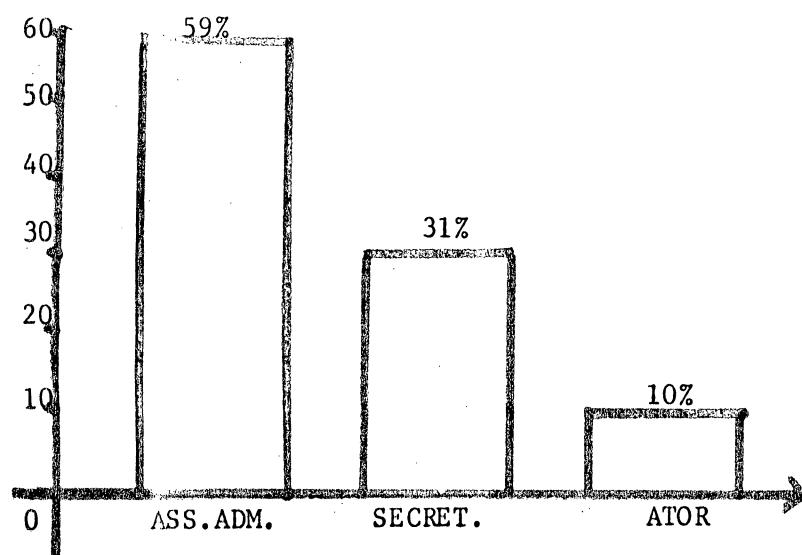
4.5. MERCADO DE TRABALHO

Você Acha que Há Mercado de Trabalho para um Curso Profissionalizante?



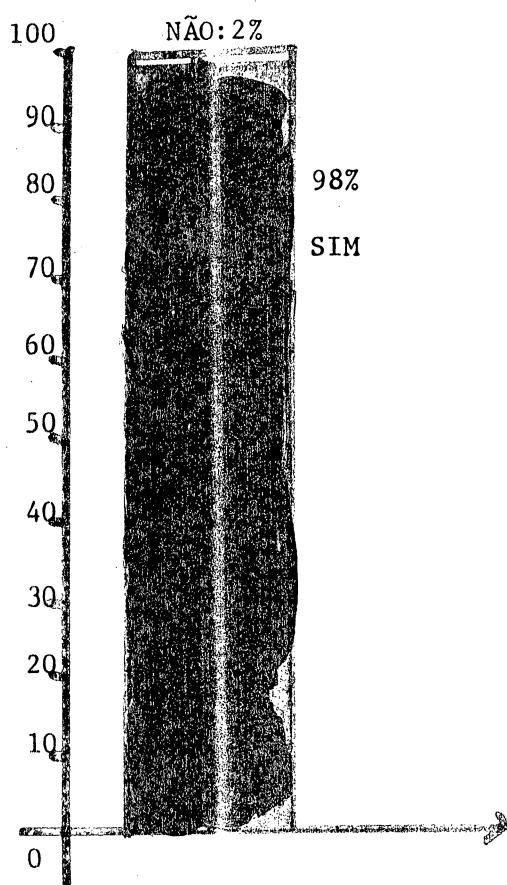
ÁREA BIOLÓGICA	Fi	F%
AUX. DE FARMÁCIA:	448	33,18%
TEC. LAB. ODONTOLÓGICO:	404	29,93%
AUX. PAT. CLÍNICA:	498	36,89%
TOTAL.	1350	100%

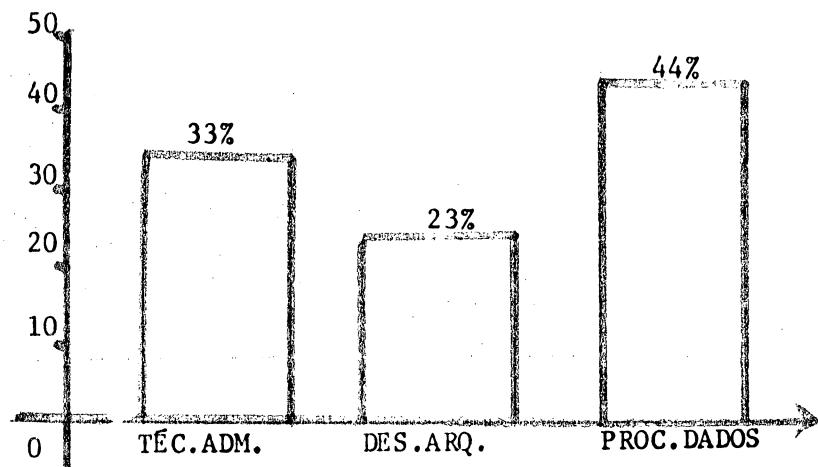




ÁREA HUMANÍSTICA **Fi** **F%**

ASSIST. ADMINISTRATIVO	903	58,94%
SECRETARIADO:	477	31,14%
ATOR:	152	9,92%
TOTAL:	1532	100%

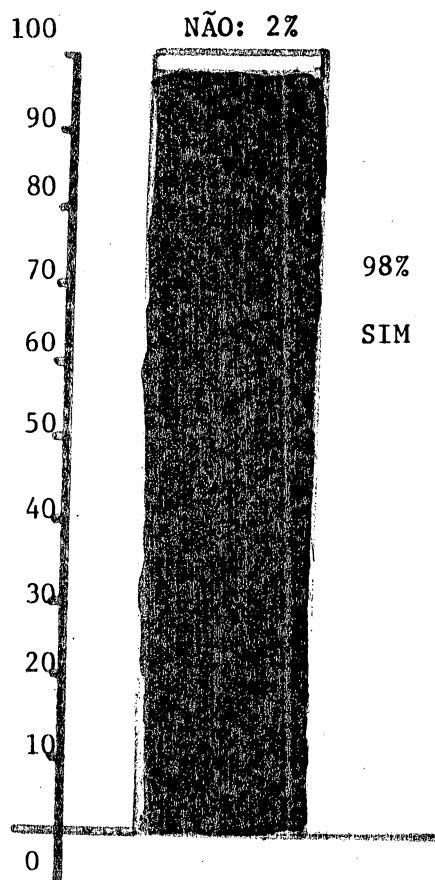




ÁREA TECNOLÓGICA: Fi F%

ÁREA TECNOLÓGICA	FREQUÊNCIA (Fi)	PERCENTUAL (F%)
TÉC. DE ADMINISTRAÇÃO:	421	32,89%
DESENHO ARQUITETÔNICO:	297	23,20%
PROC. DE DADOS:	562	43,91%

TOTAL: 1280 100%



Dos 4.162 alunos entrevistados 3.745 responderam haver mercado de trabalho para os nove cursos profissionalizantes aqui mencionados. No entanto, ficou bem claro que entre os que responderam negativamente justificando suas posições, que precisam urgentemente de reformulações, não se pode deixar de considerar colocações iguais a estas:

- O curso de Auxiliar de Administração não passa de um mero cursinho de Auxiliar de Escritório.
- Os empresários querem é mais prática e os cursos de Segundo Grau só ensinam teorias.
- O nível dos cursos está muito baixo.
- Os cursos atualmente dão uma base teórica não chegando a profissionalizar.
- Não são reconhecidos como técnicos.
- O trabalho manual continua desvalorizado.
- Cursos desatualizados.
- É muito difícil a empresa aceitar um Auxiliar de Administração para gerenciar qualquer coisa.
- Cursos desatualizados em relação à expectativa dos empresários.
- Poucas aulas se relacionam com o Desenho Arquitetônico.
- Etc.

Estas afirmações são dignas de serem discutidas e analisadas pelos Diretores de Colégios e Educadores, senão também pelos responsáveis pelo Sistema Educacional, no sentido de repensar sobre os cursos profissionalizantes equipando-os com mate -

riais, escritórios modelos, laboratórios, salas de desenho com meses especiais e material técnico, para que o preconceito ainda histórico ao trabalho manual antes atribuídos aos pobres e hoje por falta de condições técnicas e econômicas, seja eliminado.

Situação dos Cursos Perante os Alunos

Esta investigação foi feita através da pergunta seguinte:

O que você acha do seu curso:

() Excelente

() Regular

() Péssimo

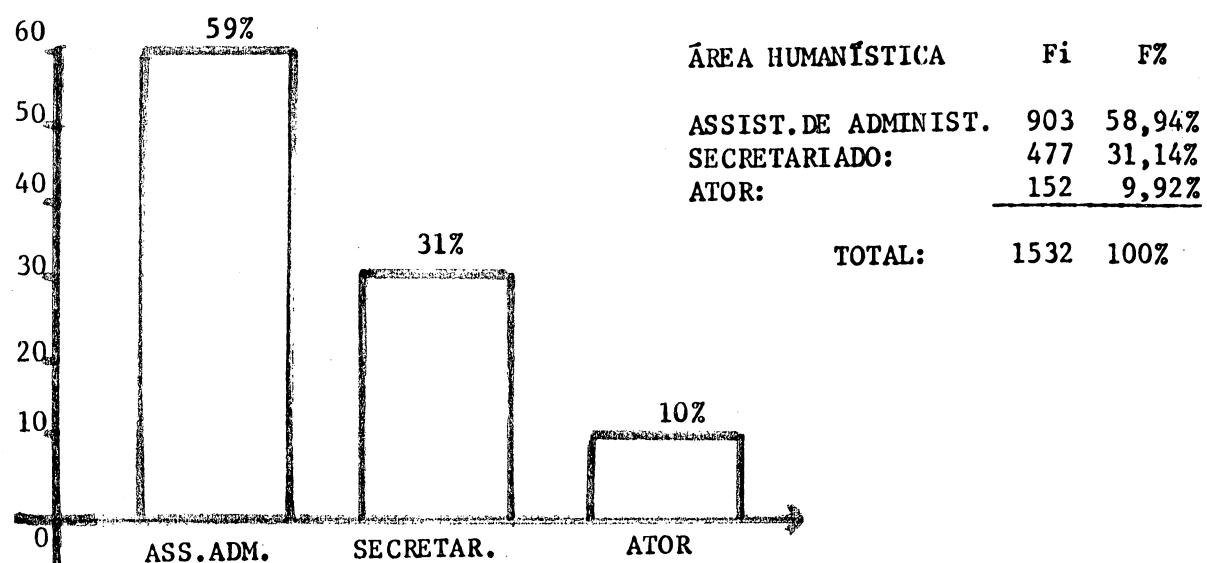
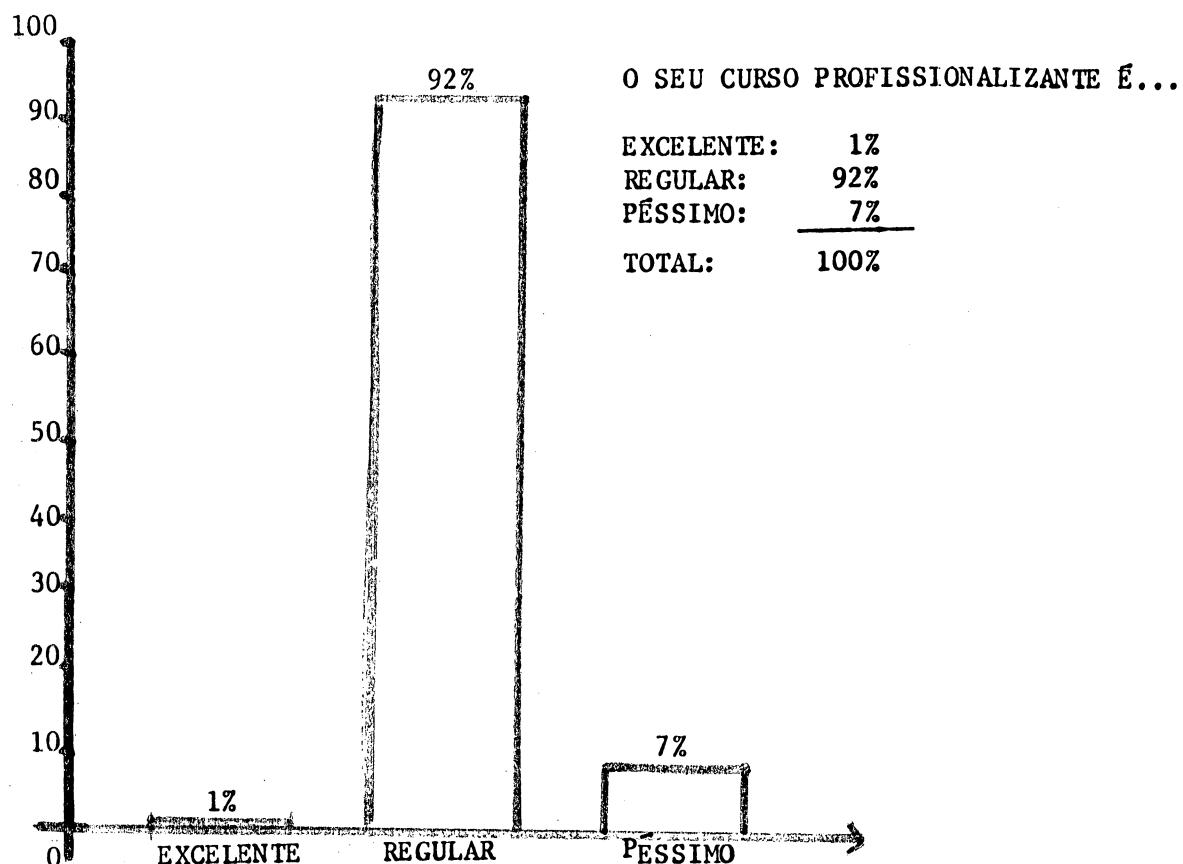
e se regular ou péssimo, por quê.

() Muita teoria e pouca prática

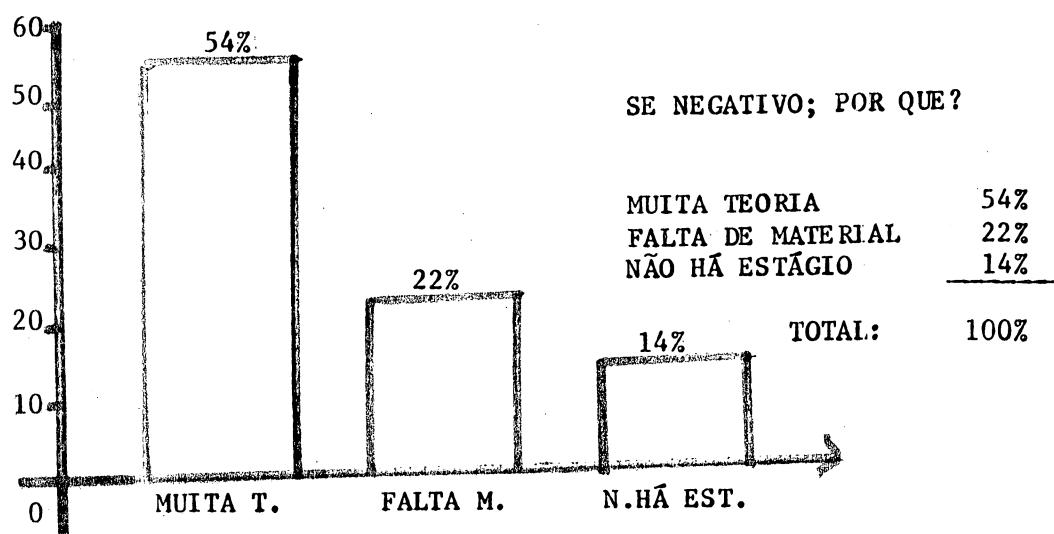
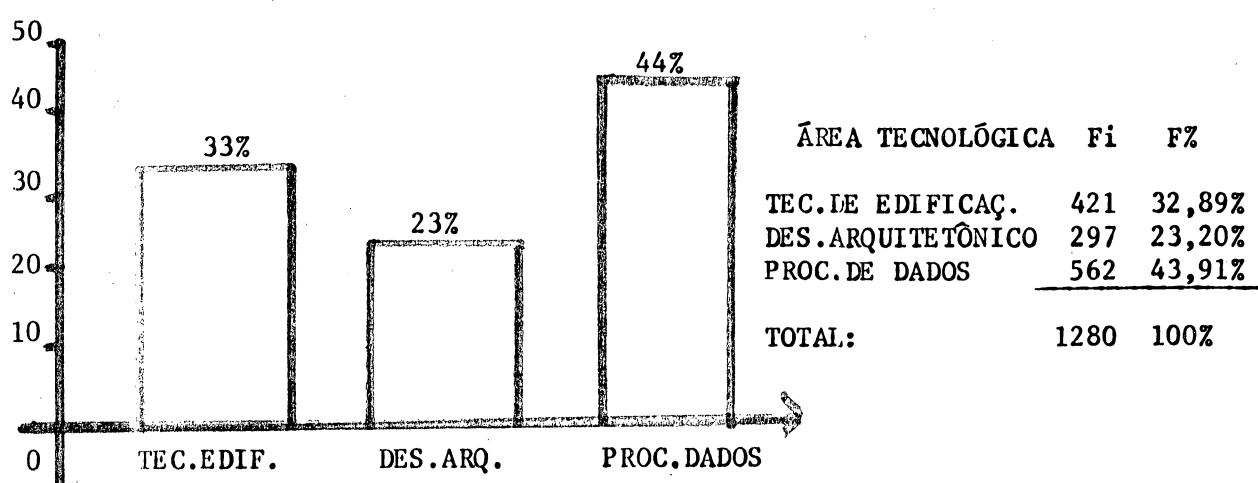
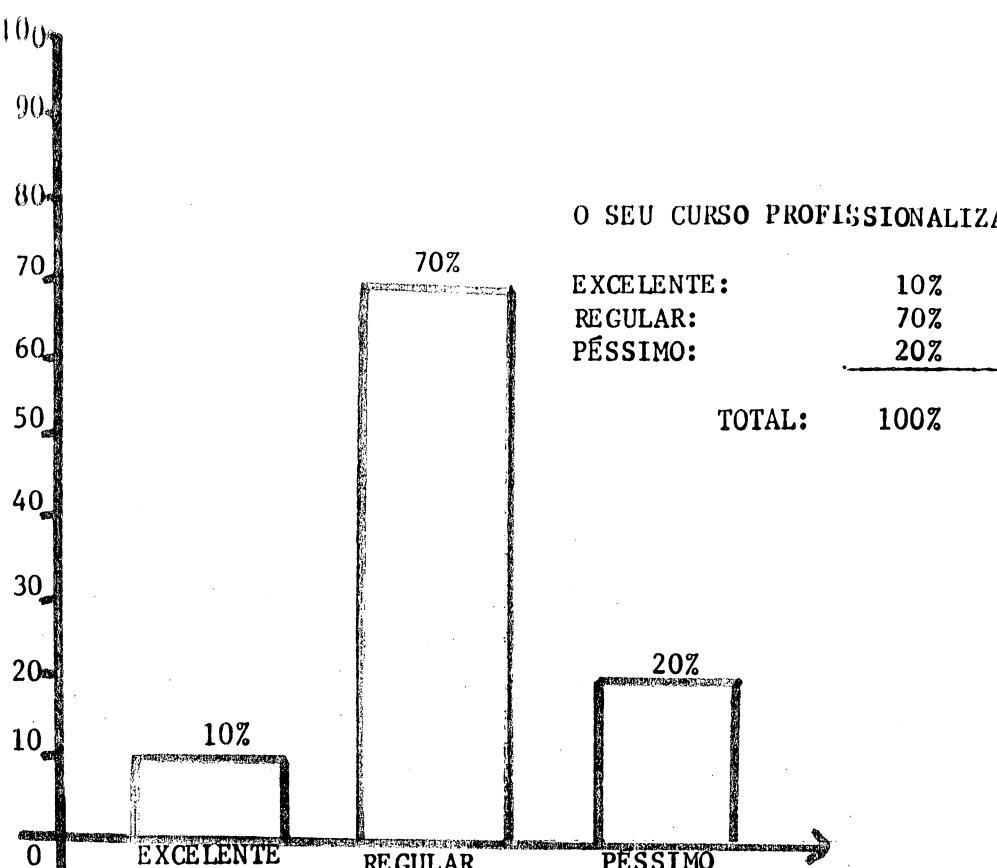
() Falta de material, máquinas e manuais.

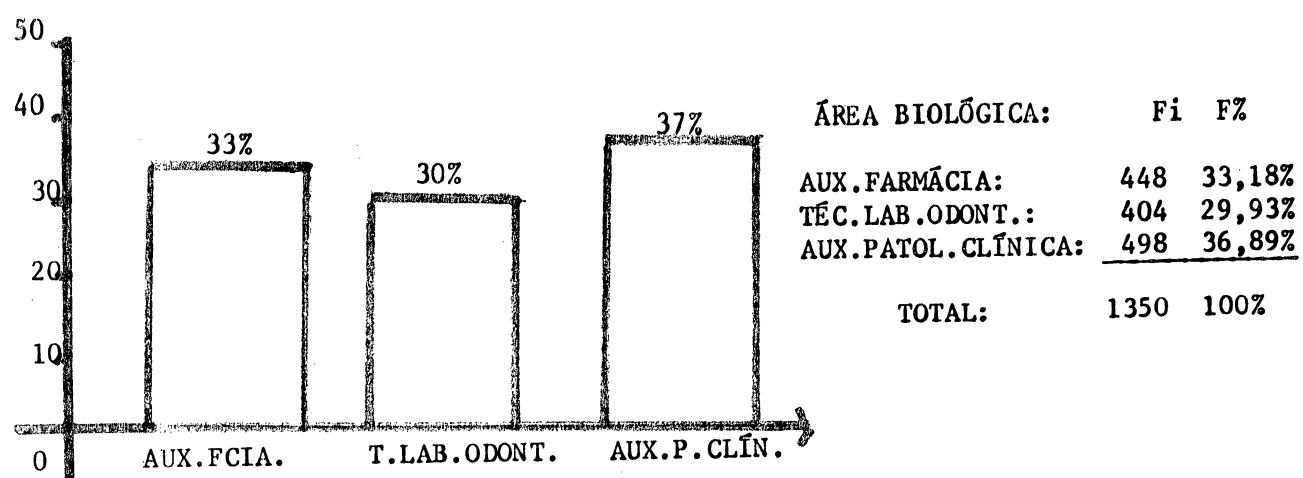
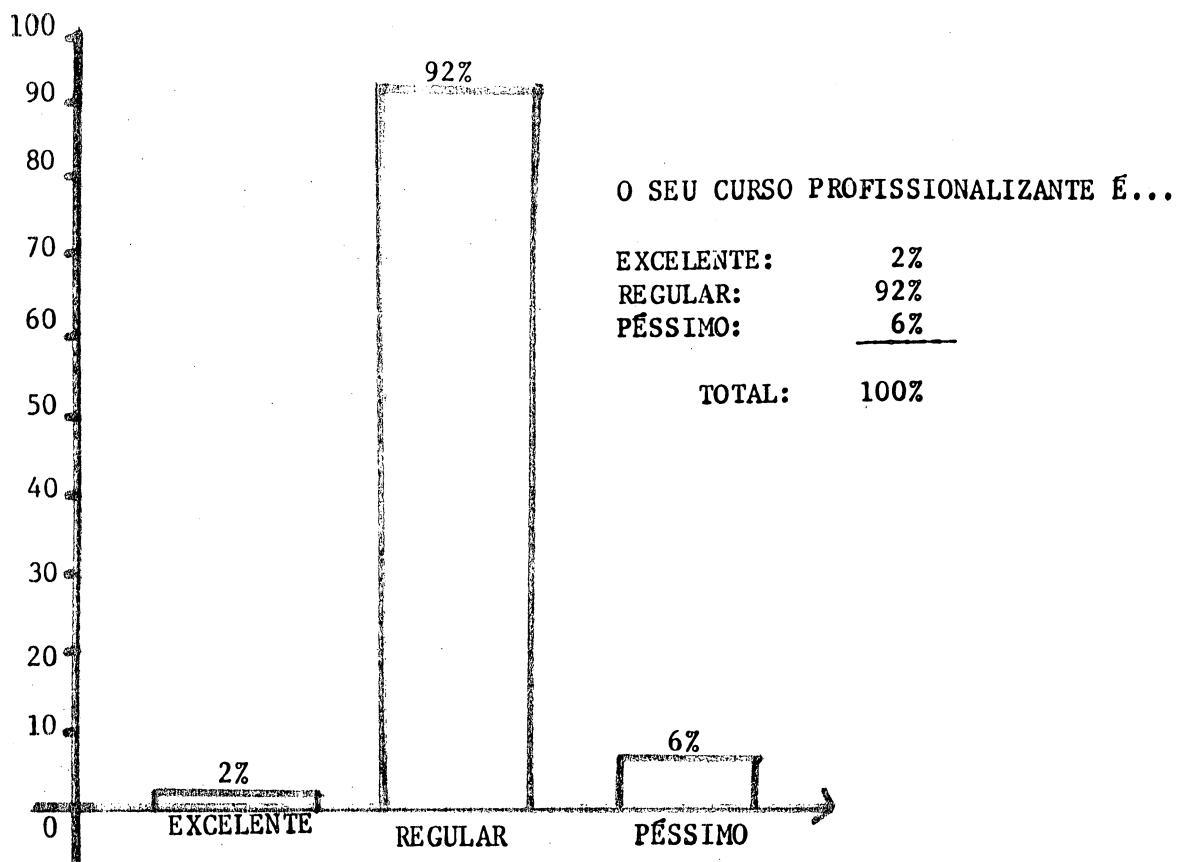
() Não há estágio nas empresas.

Os resultados não foram nada animadores, por áreas tivemos os resultados seguintes:



O SEU CURSO PROFISSIONALIZANTE É...





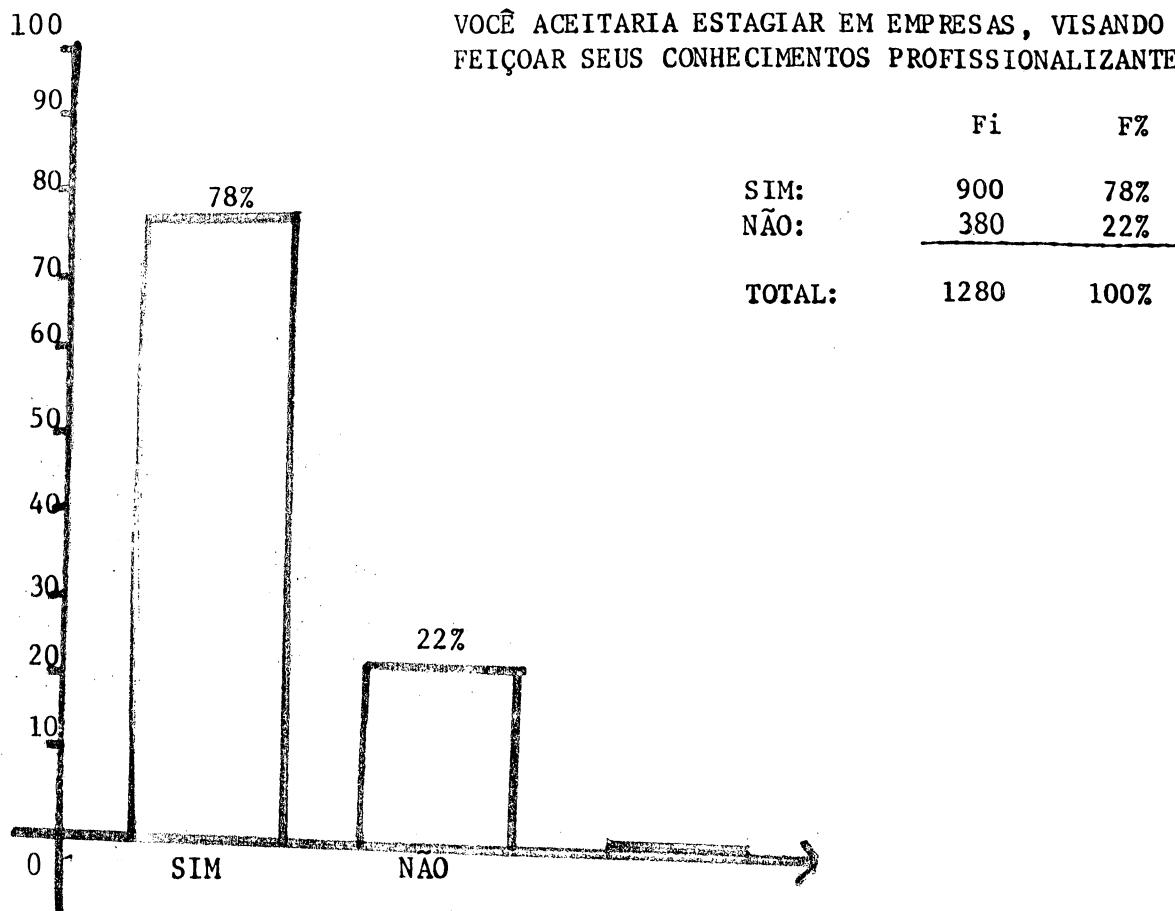
Esta negatividade revela não que os alunos estejam totalmente insatisfeitos com seus cursos, mas que apenas os mesmos precisam oferecer mais condições de competitividade no mercado de trabalho e que atualmente não está acontecendo.

4.6. ESTÁGIO EM EMPRESAS

A expectativa dos jovens que atualmente estão cursando o Segundo Grau, com respeito a uma formação mais técnica do que meramente teórica é maciça.

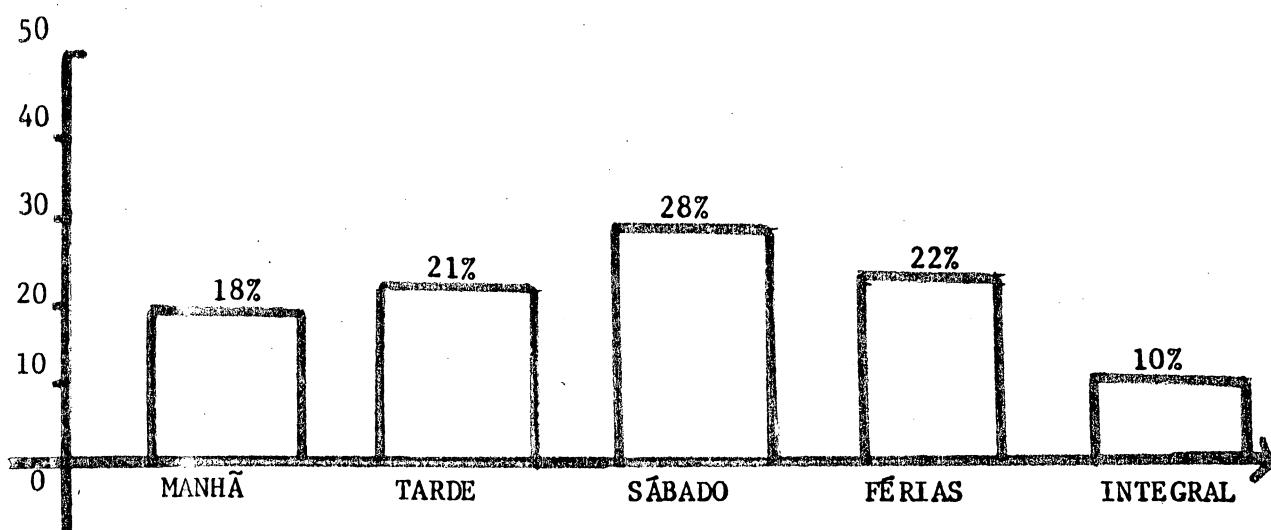
Ao responderem se aceitariam estagiar em empresas com o objetivo de aperfeiçoar seus conhecimentos profissionalizantes, chegou-se às seguintes conclusões:

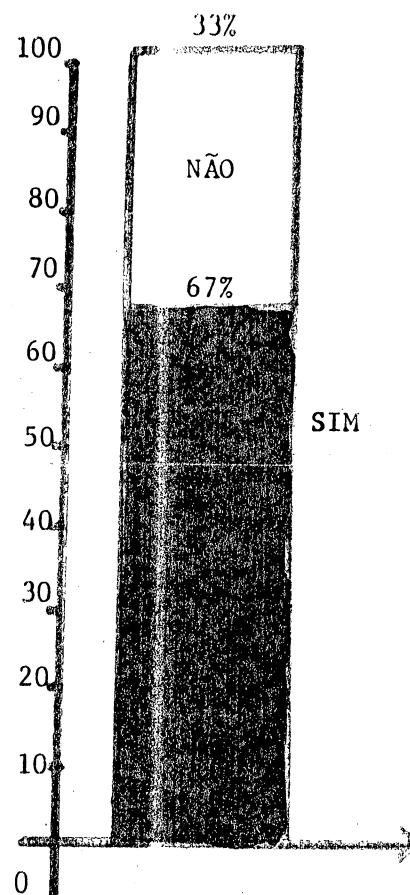
VOÇÊ ACEITARIA ESTAGIAR EM EMPRESAS, VISANDO APERFEIÇOAR SEUS CONHECIMENTOS PROFISSIONALIZANTES?



ÁREA TECNOLÓGICA

PERÍODO	Fi	F%
-Manha	162	18,00%
-Tarde	193	21,44%
SIM -SÁBADO	250	27,78%
-Nas férias	201	22,33%
-Integral	94	10,44%
TOTAL	900	100%



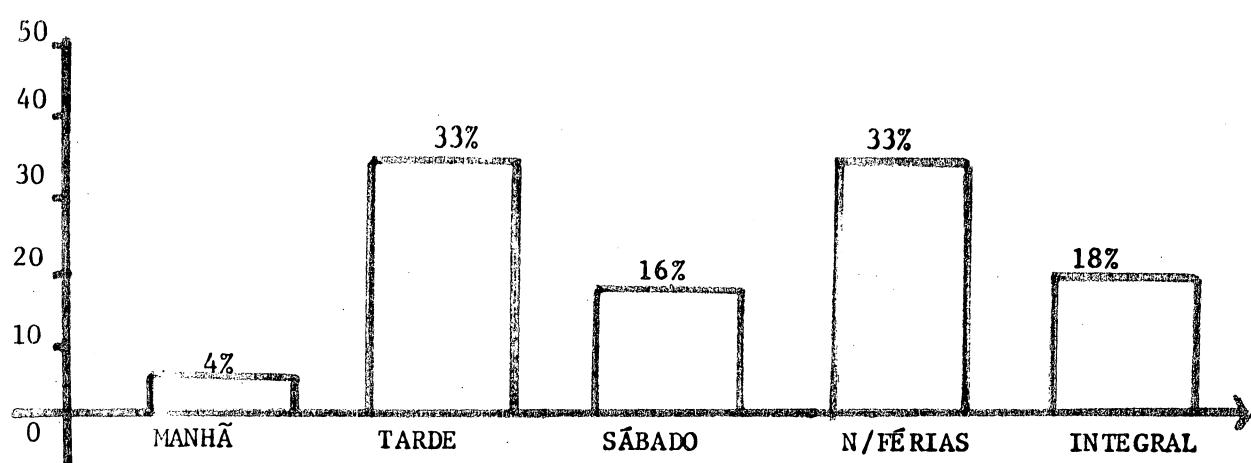


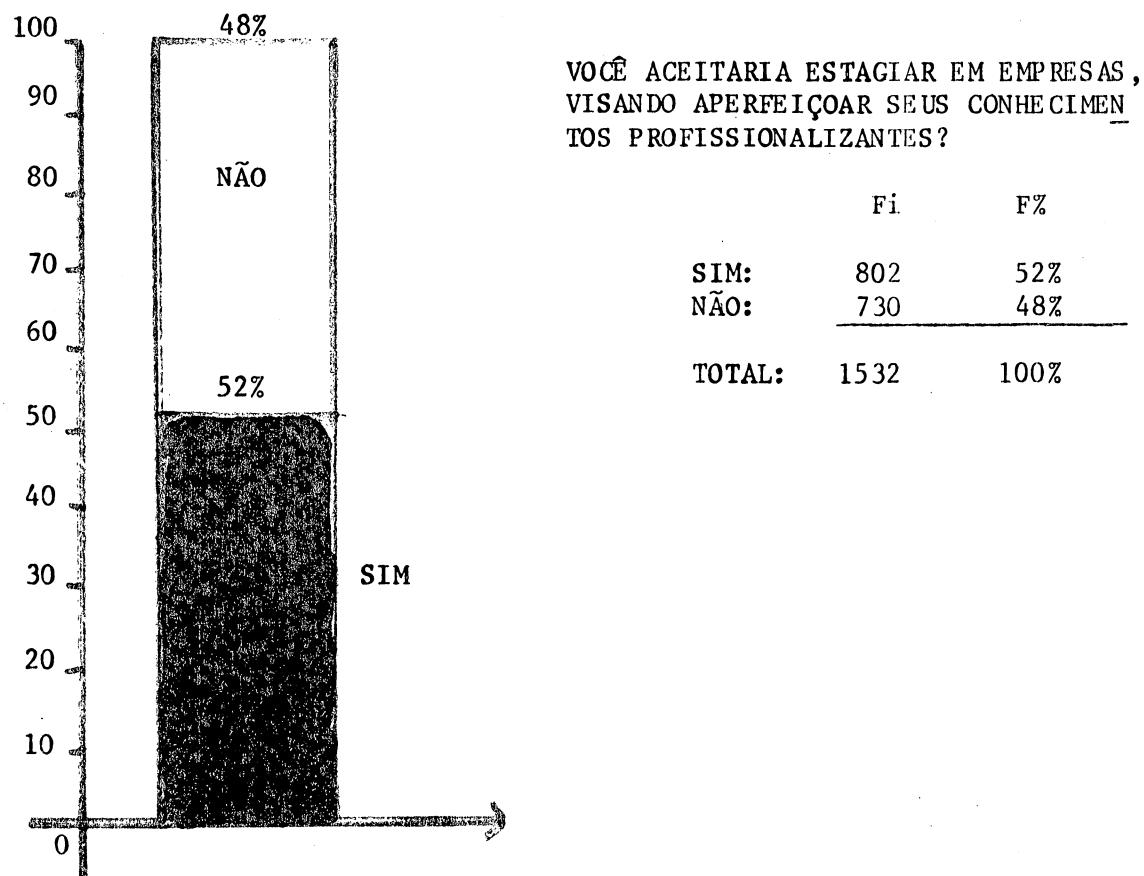
VOÇÊ ACEITARIA ESTAGIAR EM EMPRESAS, VISANDO APERFEIÇOAR SEUS CONHECIMENTOS PROFISSIONALIZANTES?

	Fi	F%
SIM:	904	66,96%
NÃO:	446	33,04%
TOTAL	1350	100%

ÁREA BIOLÓGICA

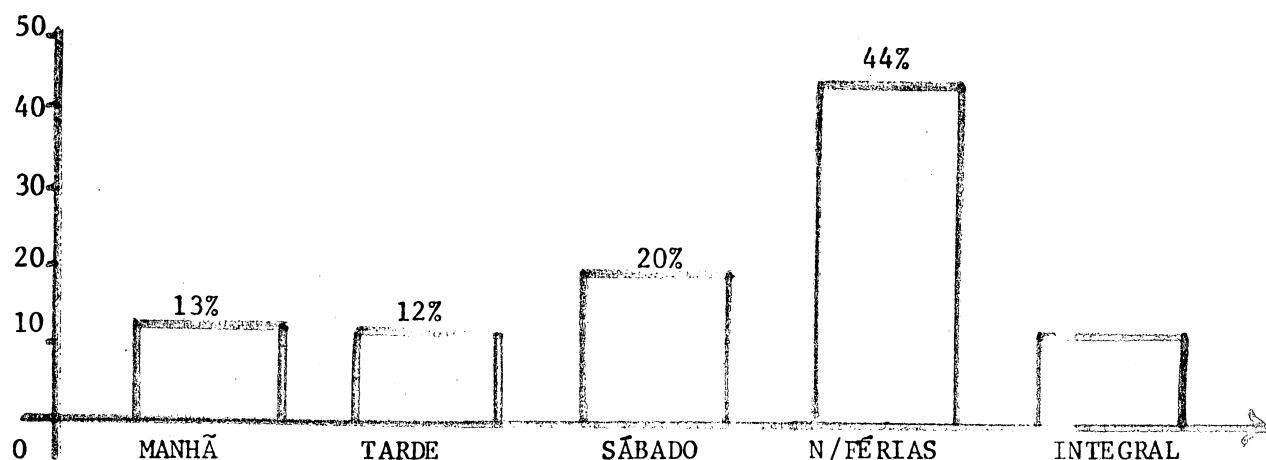
	<u>Período</u>	Fi	F%
SIM	- Manhã	38	4,20%
	- Tarde	258	32,74%
	- Sábado	146	16,15%
	- Nas férias	300	33,19%
	- Integral	162	17,92%
		TOTAL	904
			100%





ÁREA HUMANÍSTICA:

<u>PERÍODO</u>	<u>Fi</u>	<u>F%</u>
- Manhã	101	12,59%
- Tarde	98	12,22%
SIM - Sábado	157	19,58%
- Nas férias	353	44,01%
- Integral	93	11,60%
TOTAL:	802	100%



Este interesse que demonstraram os jovens torna claro que a idéia de profissionalizar o Segundo Grau foi boa, necessi- tando apenas de se ajustar os cursos com às expectativas dos alunos e dos empresários.

CAPÍTULO V

EMPRESAS

5.1. OPINIÃO DOS EMPRESÁRIOS

Com o objetivo de cruzar as informações, empresa/aluno, no aspecto procura/oferta de estágio, foram remetidos questionários a empresas da Capital, considerando como: Empresas grandes, aquelas com mais de 1.000 empregados; Empresas médias, aquelas com mais de 100 e menos de 1000 empregados; Empresas pequenas, aquelas com menos de 100 empregados.

O objetivo das perguntas foi buscar informações, relacionadas com a opinião dos empresários sobre os cursos profissionais, mercado de trabalho, remuneração e possibilidades de oferta de estágio para os alunos que estão cursando às segundas e terceiras séries dos cursos profissionais vinculados às atividades da empresa.

Perguntou-se inicialmente se a empresa tem nos seus quadros de funcionários técnicos com formação de Segundo Grau.

Obteve-se os seguintes dados:

Nas empresas grandes houve 100% de respostas positivas.

Nas empresas médias também houve 100% de respostas posi
tivas.

Nas pequenas empresas 89% responderam positivamente.

2.^a pergunta: Os técnicos são exclusivamente formados.

Todas elas responderam que não.

Isto nos fornece um indicador que permite deduzir que as empresas têm nos seus quadros de funcionários, jovens que ainda estão cursando o Segundo Grau e que também existe ainda mercado de trabalho para o pessoal com apenas o Primeiro Grau.

5.2. PROPORÇÃO DE FUNCIONÁRIOS FORMADOS

Em que proporção Vossa Senhoria admite funcionários for-
mados no Segundo Grau, em relação aos não formados.

Posição das empresas:

Empresa grande - 50%.

Empresa média - 60%.

Empresa pequena- 50%.

Estes resultados ressaltam que o índice de escolaridade vem aumentando gradativamente na Capital. Conhecido como um cen
tro universitário recebe jovens do interior e também de outros Estados, que atraídos pelos vestibulares semestrais em todos os períodos aqui se estabelecem.

Estes índices também nos fornecem coeficientes que indicam uma desatualização de oferta de cursos com a realidade do mercado, pois se houvesse uma articulação dos cursos com o mercado de trabalho estes índices tenderiam a baixar. Segundo o Ministério de Trabalho e Assistência Social, através do seu Departamento de Mão-de-Obra e Mercado de Trabalho, existe só no Estado do Paraná um contingente de 35% de pessoas com escolaridade de Segundo Grau que não trabalham onde nasceram.

5.3. PREFERÊNCIA ESCOLAR

Em que escola à maioria de seus funcionários são formados.

Empresa grande: Escola Técnica Federal; Colégio Estadual do Paraná; SENAI.

Empresa média: Escola de Contabilidade; SENAC.

Empresa pequena: Escola Técnica Federal; Colégio Estadual do Paraná e outros.

Tem-se como padrão de ensino profissional no Paraná a Escola Técnica Federal, o Colégio Estadual do Paraná em segundo lugar e o SENAI e SENAC e a Escola de Contabilidade anexa à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná em terceiros lugares e, outros colégios foram citados dispersamente.

5.4. FORMAÇÃO TÉCNICA

No tocante à formação técnica dos seus funcionários formados ou em formação "2º grau" aprendida nas escolas, Vossa Senhoria acha que eles tiveram ou têm um ótimo aproveitamento e, em caso negativo porquê?

- Falta de oficinas, escritórios modelos nos colégios de Segundo Grau, etc.

5.5. INTERESSE DAS EMPRESAS

Vossa Senhoria tem interesse em oferecer vagas para estágiários "sem vínculos empregatícios" aos estudantes das últimas séries profissionalizantes.

Empresa grande - 100 - sim. Quantas - 1500.

Empresa média - 100 - sim. Quantas - 600.

Empresa pequena- 100 - sim. Quantas - 300.

Observa-se que somente nesta pesquisa as ofertas de estágio para os alunos que estão concluindo o segundo grau oscilaram entre 2400 vagas, a ausência de um organismo controlador tipo "SINE"- Serviço de Informação Nacional de Empregos, vinculado empresa/escola, impede uma melhor formação profissional do aluno em termos práticos.

Em quantas horas o estagiário de segundo grau se capacita para o perfeito desempenho profissional em Vossa empresa.

A média foi em torno de 250 horas.

O que evidencia que bastaria um mês de estágio, para que o aluno se capacitasse para exercer uma profissão ao nível da expectativa do empresário, e praticamente garantisse seu emprego na própria empresa que lhe ofereceu estágio.

Vossa Senhoria já possui estagiários de segundo grau.

Empresa grande - 100 - 45 sim, 55 não.

Empresa média - 100 - 36 sim, 64 não.

Empresa pequena- 100 - 20 sim, 80 não.

Todas elas com articulação de estágio pela Escola Técnica Federal e o SENAC/SENAI, nada existindo de estagiários entre os colégios públicos ou particulares.

Eles recebem algum tipo de remuneração.

Todas sim.

Quanto.

Em torno de um salário mínimo regional.

Hoje os empresários já estão conscientizados dos benefícios fiscais para contratação de estagiários nas empresas.

Não se obriga o empregador a registrar o estagiário e ainda o patrão deduzir integralmente no final do ano os ordenados pagos na sua declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, além de poder formar um profissional nos critérios e moldes da empresa, sem contar com a mão-de-obra jovem que esta contratando.

CAPÍTULO VI

A PROPOSTA ALTERNATIVA

O Ensino Profissionalizante do Segundo Grau: uma proposta alternativa.

Por proposta alternativa, entende-se que o segundo grau não se faça compulsoriamente no sentido horizontal de profissionalização e, sim, deixando margem para um curso de Educação General como condição necessária para o ingresso universitário ou para tipos de trabalho onde a profissionalização torna-se dispensável.

No ingresso universitário, são conhecidas as disciplinas que constam do vestibular, não fazendo parte do mesmo as disciplinas profissionalizantes, tão pouco as notas ou a dedicação do aluno a tais cursos. Constatou-se nas pesquisas aqui demonstradas que 98% dos alunos entrevistados revelaram o desejo de ingressar na Universidade. Aí conclui-se que se deve colocar no exame de vestibular as disciplinas versadas no profissionalizante, ou dar ao aluno que fez um curso técnico, tipo eletrônica ou administração um escore de vantagem ou escore especial para o ingresso no curso de engenharia elétrica e administração de empresas, no sentido de valorizar o profissionalizante.

Ou uma segunda alternativa. Em não de podendo mudar os critérios do Vestibular Unificado, se oferecer um Segundo Grau sem disciplinas profissionais, preparando o aluno para ingressar na universidade, tipo Educação Geral como opção ao jovem que tem outras aspirações e não só uma formação técnica, deixando que sua formação profissional se complete no emprego ou no curso especializado de nível superior.

O resultado das pesquisas também demonstrou a insatisfação com a maneira que os cursos profissionalizantes são ministrados, que hora não dispõe de materiais para o bom desempenho do aprendizado, e outras vezes um programa com excesso de teorias e nada de aulas práticas, além de críticas sobre a capacidade profissional de quem está ministrando o curso propriamente dito.

É preciso refazer os cursos profissionalizantes, adequando o ensino com a constante análise ocupacional das profissões ensinadas, que geralmente apresentam dois segmentos de discussão, os critérios subjetivos e os objetivos.

6.1. AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS SUBJETIVOS

Não podemos forçar um indivíduo a exercer uma profissão e, sim, moldá-lo a partir de uma escolha pessoal. Como não existe um critério que uniformize os julgamentos, é necessário avaliar através da "redação de textos simples" a respeito da profissão que quer exercer, aprender e porque, ou o julgamento

através da criatividade desenvolvida em grau mediano, isto é, solicitar como teste de ingresso no curso pretendido, situações inventivas ou montagens para testar a subjetividade ou tendência dos candidatos à profissionalização pretendida, para obtermos um compromisso do jovem em relação ao curso escolhido.

Tal medida hoje se torna impraticável, em virtude da compulsoriedade em que o aluno é obrigado a ingressar num curso qualquer dos ofertados que na maioria das vezes não o é o que ele deseja realmente.

Outro aspecto são as salas de aulas com um número excessivo de alunos em função da obrigatoriedade, desestimulando o professor e aluno a desenvolverem um curso profissionalizante com características personalizadas.

6.2. AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS OBJETIVOS

A necessidade da contratação do psicólogo escolar justificaria nossa posição de que o trabalho ou as profissões não podem ser impostas ao homem em geral, por ter ele temperamentos e tendências natas e inatas diferentes uns dos outros, a justificativa inserida na Lei 5692/71 de se aplicar testes de aptidão para descobrir vocações antes de matriculá-los nos cursos profissionais.

No entanto, devido ao número grande de alunos, tais testes não são feitos, justificando os diretores de colégios das dificuldades de aplicação por faltar pessoas especializadas .

Quando os mesmos são feitos, seu diagnóstico sofre tendências de generalização em virtude dos poucos cursos ofertados, dirigidos que são para às áreas de Humanística, Tecnológica ou Biológica, o aluno é destinado a cursar uma das três disciplinas de cada área quando se conhecem existirem centenas de subdivisões dentro de cada área.

6.3. A FALTA DE EMPREGO

No Brasil como acontece também em outros países, não só os subdesenvolvidos, o aumento de oferta de formados em curso são maiores que a oferta de trabalho propriamente dito, e, quando se aumenta a procura em relação à oferta, o salário tende a abaixar. O ideal seria o ajustamento entre as ofertas de oportunidades ocupacionais e a demanda gerada, para que se melhorem - sem as condições ocupacionais de acesso ao mercado de trabalho. Nesta situação seria necessário considerarmos que:

- Às empresas atualmente se modernizam rapidamente, na automação e computação, e nossas escolas vinculadas ao sistema brasileiro, subdesenvolvido, vai caracterizar o constante atraso das escolas com as empresas modernas de ponta no mercado nacional.

- Em função da constante competitividade de função dos cursos de Segundo Grau com os de Terceiro Grau, é necessário pesquisar constantemente o mercado de trabalho local ou regional, oferecendo cursos compatíveis com as nocas realidades des-

se mercado. Isto iria favorecer os cursos de Segundo Grau, pois os superiores não têm condições de se adaptar e se readaptar em suas estruturas a cada nova situação de mercado de trabalho, en quanto que o segundo grau por proteção de lei e sua estrutura mais simplificada pode fechar e criar novos cursos.

- Conforme se verificou nas pesquisas com empresários, os mesmos estão dispostos a oferecer estágios. Estas não deveriam ser desprezadas, e oferecidas aos alunos das segundas e terceiras séries que fariam um aprendizado prático com possibilidades de emprego. Verificou-se também que o tempo necessário de trezentas horas seriam perfeitamente encaixadas num mês integral, podendo ser nas férias.

6.4. A QUESTÃO DO STATUS

Após o término do estágio que deve ser supervisionado e o aluno submetido a um teste de verificação de resultados, em que se quantificou os resultados teóricos escolares e os práticos aferidos pelo supervisor de estágio, deve-se conferir ao aluno um DIPLOMA DE TÉCNICO, pois somente com o ingresso no curso profissionalizante 35% dos entrevistados declararam que passaram a ser mais respeitados no ambiente de trabalho. Com o cer~~ticado~~ificado de conclusão passarão a ser mais acreditados pelos em~~presários~~presários quando na procura do emprego.

6.5. LOCAIS DE APRENDIZADO

A opção de estágio nas férias, nos sábados, no período da tarde, pela manhã, revela que os educandos estão dispostos mesmo ao sacrifício das próprias férias para aprenderem algo mais específico ao curso, desde que se dêem oportunidade para isso.

As empresas também se dispõem a ceder seus locais para estágio inclusive remunerados, o que vai facilitar ainda mais a realização dos mesmos, pois o transporte e as despesas pessoais vem ser cobertos quando da efetivação dos mesmos.

Viu-se que muitos dos estagiários fazem parte dos quadros de funcionários da empresa, o que abre possibilidades de emprego e carreira profissional ao aluno do segundo grau.

Uma outra possibilidade seria transformar a Escola Técnica Federal em um centro de aprendizagem restrito à profissionalização e não mais vinculado a educação integral.

Assim os alunos de Segundo Grau aprenderiam uma profissão em estágio nas empresas ou na escola citada, em um semestre e sua formação educacional no estabelecimento de ensino regular.

6.6. CONCLUSÕES

1. O Ensino Profissionalizante de segundo grau, no seu atual sentido compulsório é errôneo e falho por massificar e não oferecer condições de formação prática e funcional para todos.

2. Além de não preparar o aluno para o ingresso universitário, também não o faz profissionalmente, passando meras informações profissionais inúteis em termos de emprego propriamente dito.

3. As críticas negativas aos atuais cursos são desfavoráveis ao preparo do jovem no seu aspecto educacional, pois o desestimula a continuar seus estudos, por colocá-lo em situações temporariamente longas, contra sua vontade e em condições precárias.

4. É necessário tornar opcionais os cursos profissionalizantes com a idéia de terminalidade, oferecendo estágios em empresas ou centros de formação técnica, com um tempo de ensino profissional de no máximo seis meses e não mais de três anos.

5. Voltar o antigo científico para áreas de humanística, biológica e tecnológica preparando objetivamente para a universidade sem cursos profissionais.

6. Ofertar cursos renovados ligados às conquistas modernas.

7. Criar um incentivo governamental, tipo dedução no Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, para empresas que mantenham Escola de Aprendizes ou um número maior de estagiários.

8. Conscientizar os empresários da tarefa de participar da Educação Profissional, não deixando apenas para o governo essa incumbeência, pois se reconhece que atender 10 milhões de jovens com ensino profissional compulsório foi uma tarefa impossível.

9. Nas zonas rurais criar cursos compatíveis com a situação local para não provocar a migração rural/urbana cada vez mais acentuada.

10. Não abandonar a política do ensino profissional, pois embora compulsoriamente não tenha dado resultado, a idéia é boa e merece ser reestudada e se possível aproveitar as sugestões aqui descritas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Jaime. Educação, sociedade e desenvolvimento. Rio de Janeiro, MEC/INEP, 1968.
- _____. Ensino médio no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, jan/mar., 1968.
- BARROS, Samuel Rocha de. Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus. São Paulo, 1972.
- BERGER, Manfredo. Educação e dependência. São Paulo, Difel, 1977.
- BOLONHA, Italo. Demanda de mão-de-obra especializada no atual surto de desenvolvimento industrial brasileiro. São Paulo, 1964.
- BREJON, Moysés. Racionalização do ensino industrial no Brasil. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1962.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. Educação e desenvolvimento econômico. Cia Ed. Nacional, São Paulo, 1971.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Homem e sociedade, isolamento social de Karl Mannheim. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1970.
- _____. Proletariado no Brasil: situação e comportamento social. São Paulo, 1962.
- CASTRO, Claudio Moura. Secundário profissionalizante: premio de consolação. Revista Fundação Carlos Chagas, 1972.
- CUNHA, Luiz Antonio Rodrigues. A profissionalização no ensino médio. Ed. Eldorado, Rio de Janeiro, 1972.
- JUNIOR, Ernesto Luiz de Oliveira. Ensino técnico e industrial. Edições MEC/ISEB, Rio de Janeiro, 1969.
- OSÓRIO, Pedro Henrique. O desempenho social dos egressos do ensino de segundo grau. Tese de Mestrado, México, 1979.
- SIMONSEN, Roberto. A evolução industrial do Brasil. Ed. Melhoramentos, São Paulo, 1939.

SUCKOW, Celso da Fonseca. História do ensino no Brasil. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1961.

TEIXEIRA, Anísio. Educação no Brasil. Companhia Editora Nacional/MEC., vol. 132, São Paulo, 1976.

VASCONCELOS, Pe. José de. Legislação fundamental: ensino de 19 e 29 graus. Ed. Melhoramentos, 1970.

A N E X O S

1. Questionários usados para aliciamento de atitudes e opiniões dos alunos do segundo grau profissionalizante sobre seus respectivos cursos.
2. Questionários usados para aliciamento de opiniões dos empregados, sobre o aproveitamento técnico dos cursos ofertados no segundo grau, e oferta de estágio em suas respectivas empresas.

ANEXO 1

Nome: _____ Idade: _____ Série: _____

Prezado aluno:

Este questionário tem a finalidade de orientar uma dissertação de mestrado na UFPR. e, se possível irá contribuir para a qualidade do ensino profissionalizante no Paraná.

1. Você trabalha () sim () não

2. Qual seu trabalho

3. Qual o curso profissionalizante que você está fazendo

4. Foi de sua livre escolha () sim () não

Em caso negativo por que:

5. O curso que você está fazendo atualmente, ajudou você a melhorar na empresa: () sim () não

Se afirmativo em qual sentido:

() passei a ganhar mais

() adquiri seguranca

() fui promovido

() sou mais respeitado.

Se negativo por que:

Qual o curso que realmente você gostaria de fazer, cite-o mesmo que seja de sua área de formação.

7. Você pretende fazer um curso superior. () sim () não

Qual: _____

Por que: _____

8. Você acha que há mercado de trabalho para seu curso profissionalizante. () sim () não

Em caso negativo por que: _____

9. O seu curso profissionalizante é...

() excelente

() regular

() péssimo

Se regular ou péssimo por que

() muita teoria e pouca prática

() falta material, máquinas, manuais

() não há estágio em empresas.

Outro motivo: _____

10. Você aceitaria estagiar em empresas, visando aperfeiçoar seus conhecimentos profissionalizantes. () sim () não

Em caso positivo qual o período preferido:

() manhã

() tarde

() sábado pela manhã

() nas férias

Em caso negativo por que: _____

Seu endereço ou telefone: _____

Muito obrigado

Alceu Rolkouski

ANEXO 2

Empresa: _____

Senhor Empresário:

Peço a V. S.^a a gentileza de responder este questionário que servirá de base para uma dissertação de mestrado na UFPR.e, não tem outra finalidade.

1. V. S.^a emprega técnicos com formação de 2º grau.

sim não

2. São exclusivamente formados? sim não

3. Em qual proporção admite os formados em relação aos não formados: _____

4. Em qual escola a maioria são formados: _____

5. No tocante a formação técnica dos mesmos "aprendida nas escolas" na sua opinião eles tiveram:

- um ótimo aproveitamento
- um bom aproveitamento
- um regular aproveitamento
- um péssimo aproveitamento

6. V. S.^a tem interesse em oferecer vagas para estagiários "sem vínculos empregatícios" aos estudantes de 2º grau, que estejam cursando disciplinas técnicas ligadas a sua empresa.

sim não Quantas: _____

7. Em quantas horas o estagiário se capacita para o perfeito desempenho profissional em sua empresa; esta pergunta independe da possível negativa anterior; por favor cite exemplos no verso.

8. V. S.^a já possui estagiários na empresa (de 2º grau):

() sim Quantos: _____ () não
() SENAI () SENAC Outros: _____

9. Eles recebem algum tipo de remuneração?

() sim Quanto: _____ () não

10. Os já formados, empregados de V. S.^a recebem quanto?

V. S.^a tem alguma sugestão aos assuntos tratados, por favor queira me transmitir, será de inestimável valia para minha defesa de tese.

Muito obrigado.

Alceu Rolkoski